



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
RELATÓRIO
GERÊNCIA 2001

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
RELATÓRIO
GERÊNCIA 2001

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

RELATÓRIO DE GERÊNCIA – 2001

EDIÇÃO

Assembleia da República – Divisão de Edições

INICIATIVA

Divisão de Gestão Financeira

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Maria da Luz Dias

CONCEPÇÃO GRÁFICA

Neroli Design

José Teófilo Duarte e Luís Filipe Cunha Associados

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

Corlito – Centro Técnico Artes Gráficas. Setúbal

TIRAGEM

300 Exemplares

Lisboa, Assembleia da República, Junho de 2002

DEPÓSITO LEGAL

140210/99

ISBN

972-556-314-X

© Assembleia da República. Direitos reservados, nos termos do art.º 67.º da Lei n.º 77/88, de 1 de Julho.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
RELATÓRIO
GERÊNCIA 2001



PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

António de Almeida Santos

VICE - PRESIDENTES

Manuel Alegre de Melo Duarte

João Bosco Soares Mota Amaral

João António Gonçalves do Amaral

Narana Sinai Coissoró

SECRETÁRIOS

Artur Rodrigues Pereira dos Penedos

José de Almeida Cesário

António João Rodeia Machado

António José Carlos Pinto¹

VICE - SECRETÁRIOS

José Ernesto Figueira dos Reis

Rosa Maria da Silva Bastos da Horta Albernaz

Manuel Alves de Oliveira

Ana Maria Sequeira Mendes Pires Manso

¹ Entre 1-01-2001 e 11-10-2001

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Rui do Nascimento Rabaça Vieira
PRESIDENTE



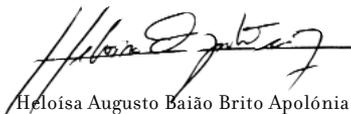
Miguel Fernando Cassola de Miranda Relvas
REPRESENTANTE DO GP DO PSD



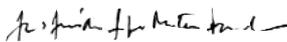
António João Rodeia Machado
REPRESENTANTE DO GP DO PCP



Silvio Rui Neves Correia Gonçalves Cervan
REPRESENTANTE DO GP DO PP



Heloísa Augusto Baião Brito Apolónia
REPRESENTANTE DO GP DO PEV



Luís Emídio Lopes Mateus Fazenda
REPRESENTANTE DO GP DO BE



Adelina de Sá Carvalho
SECRETÁRIA - GERAL



Joaquim Manuel Militão Ruas
REPRESENTANTE DOS FUNCIONÁRIOS PARLAMENTARES

GLOSSÁRIO

AACS	Alta Autoridade para a Comunicação Social	OAR	Orçamento da Assembleia da República
APCE	Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa	OE	Orçamento do Estado
AR	Assembleia da República	OSCE	Organização de Segurança e Cooperação Europeia
ARNET	Intranet da Assembleia da República	PCP	Partido Comunista Português
BE	Bloco de Esquerda	PE	Parlamento Europeu
CADA	Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos	PLC	Aplicação “Processo Legislativo Comum”
CE	Comissão Europeia	PP	Partido Popular
CERDP	Centro Europeu de Pesquisa de Documentação Parlamentar	PS	Partido Socialista
CGA	Caixa Geral de Aposentações	PSD	Partido Social Democrata
CIG	Conferência Intergovernamental	PTE	Escudos Portugueses
CNE	Comissão Nacional de Eleições	SG	Secretária-Geral
CNPD	Comissão Nacional de Protecção de Dados	TAIEX	Technical Assistance Information Exchange Office
DAR	Diário da Assembleia da República	UE	União Europeia
DAPAT	Divisão de Aprovisionamento e Património	UEO	União da Europa Ocidental
DILP	Divisão de Informação Legislativa e Parlamentar	EURO	Unidade monetária da União Europeia a partir de 2002
DL	Decreto-Lei	GP	Grupo Parlamentar
DRAA	Divisão de Redacção e Apoio Audiovisual	GR%	Grau de execução (em percentagem)
LOAR	Lei Orgânica da Assembleia da República	INCM	Imprensa Nacional Casa da Moeda
NATO	Organização do Tratado Atlântico Norte	IPAAF	Conferência Interparlamentar para a Agricultura, Florestas e Pescas
		IPPAR	Instituto Português do Património Arquitectónico
		IPM	Instituto Português de Museus
		UIP	União Interparlamentar

ÍNDICE

NOTA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	9
ENQUADRAMENTO ORÇAMENTAL	12
OAR 2001	13
Execução Orçamental - 2001	17
ACTIVIDADES PARLAMENTARES	21
Gabinetes de Apoio dos Grupos Parlamentares	25
Comissões Parlamentares	26
Deputados	27
Deslocações ao Estrangeiro	27
Recepção de Delegações e Entidades Oficiais	30
Outros Encargos Parlamentares	32
ACTIVIDADES DE APOIO	33
Gestão das Actividades de Apoio	35
Gestão de Recursos Humanos	40
ACTIVIDADE EDITORIAL	45
COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR	50
FINANCIAMENTO DE ENTIDADES AUTÓNOMAS	54
INVESTIMENTOS	56
Equipamentos e Aplicações Informáticas	58
Património e Outros Equipamentos	59
EXECUÇÃO FINANCEIRA	65
Das Despesas	66
Das Receitas	66
SÍNTESE	70



NOTA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

— 10 — O presente documento relata e avalia, a par da execução orçamental e financeira, a actividade desenvolvida no quadro gestor da Assembleia da República.

O exercício de 2001 foi particularmente difícil em consequência dos constrangimentos orçamentais determinados pela entrada em vigor da Lei n.º 85/2001, de 4 de Agosto – 1ª alteração à Lei do Orçamento do Estado para 2001 – a impor que, no início do 2º semestre, se procedesse a uma reformulação dos projectos previstos para esse ano, num momento em que o Orçamento da Assembleia da República apresentava já um grau de execução muito elevado.

Foram assim tomadas medidas visando a desaceleração não só do ritmo das despesas correntes registado no 1º semestre, como do investimento, que foi prejudicado em cerca de 22%.

O quadro orçamental daí resultante passou a exigir uma monitorização muito rigorosa à sua execução a fim de garantir que os resultados previstos fossem alcançados segundo critérios de eficiência.

Foi assim necessário proceder a uma redefinição de prioridades elegendo os projectos directamente orientados para os objectivos da modernização em curso na Assembleia da República através, designadamente, do reforço dos sistemas de informação e das tecnologias de áudio e televisão, com reflexos numa crescente eficácia global do seu funcionamento e na melhoria da qualidade dos serviços prestados.

Para um maior conhecimento da actividade parlamentar por parte dos cidadãos foram promovidas várias acções, desde a disponibilização de informação e documentação até à realização de eventos culturais, como foi a exposição “Imprensa Escrita”, inaugurada no dia das comemorações do 25 de Abril e do 25º Aniversário da Constituição Portuguesa, que concluiu um ciclo de exposições sobre os 25 Anos da Constituinte, evento que foi celebrado igualmente com várias edições das quais se destaca o lançamento do CD ROM “a Constituição de 1976”. Também com o propósito de aproximar a AR aos cidadãos participou-se na Feira do Livro onde foi apresentado o já extenso trabalho editorial da AR dos últimos anos.

Como facto relevante ocorrido na Assembleia da República, importa referir a cerimónia de posse de Sua Excelência o Presidente da República.

Durante 2001 foi ainda dada particular atenção à Cooperação Parlamentar, designadamente com os Países de Língua Portuguesa, assumindo especial relevância a realizada com Timor Leste onde foram efectuadas várias Missões de assistência técnica ao Conselho Nacional e à Assembleia Constituinte.

Importa ainda referir que, para os resultados alcançados, contribuíram as capacidades de todos os que trabalham na AR, exercendo com profissionalismo as suas funções e conferindo maior visibilidade à actividade da Assembleia da República.



ENQUADRAMENTO ORÇAMENTAL

OAR 2001

No dia 16 de Novembro de 2000, o Conselho de Administração emitiu parecer favorável relativamente ao projecto de Orçamento da AR para 2002.

Posteriormente, na sua sessão de 7 de Dezembro, o Plenário aprovou o Orçamento da AR para 2001 - Resolução n.º 87/2000, publicado no Diário da República n.º 300, I Série A, de 30 de Dezembro.

Na versão aprovada do OAR 2001 inscrevia-se uma despesa de 16,1 10ºPTE, sendo 14,2 10ºPTE para despesas correntes e 1,9 10ºPTE para despesas de capital.

As directrizes que presidiram à elaboração do OAR 2001 foram emanadas pelo Conselho de Administração, com destaque para:

- A manutenção das transferências do OE a inscrever no OAR 2001 ao nível das definidas para 2000;
- O reforço dos níveis financeiros envolvidos no desenvolvimento da cooperação inter-parlamentar e, muito especialmente, da manutenção da ajuda ao processo de transição de Timor Lorosae;
- A inscrição integral das propostas orçamentais apresentadas pelas Entidades Autónomas. Foram também introduzidas algumas alterações na estruturação do OAR 2001, designadamente:
- Nas rubricas das transferências: "Grupo Desportivo Parlamentar" e "Outras Entidades públicas ou privadas" que passaram a integrar a actividade "Financiamento de Entidades";
- Criação de uma nova sub-actividade no âmbito das "Actividades Parlamentares": o "Parlamento das Crianças e dos Jovens".

Com excepção das redefinições descritas, a matriz subjacente ao OAR 2001 manteve-se idêntica à adoptada nos anos mais recentes, facilitando-se com tal metodologia posteriores análises comparativas ao nível da execução orçamental.

Durante o primeiro semestre, as dotações iniciais do OAR 2001 foram sujeitas a um conjunto de alterações, num total de sete, que apenas tiveram efeito na redistribuição da despesa inicialmente aprovada pelas dotações das rubricas inscritas.

A primeira alteração processou-se durante o mês de Abril, para, a partir da dotação provisional, providenciar ao reforço das dotações destinadas a assegurar o financiamento das actualizações dos vencimentos e demais abonos, assim como das actualizações indexadas ao salário mínimo nacional (fixado em 67 10³PTE, através do DL n.º 313/2000, de 2 de Dezembro), tais como, o *plafond* para os encargos com pessoal dos Gabinetes dos Grupos Parlamentares estipulado pelo art.º 62º da LOAR, as subvenções para os partidos políticos representados na AR e a subvenção para pagamento dos encargos de assessoria a Deputados. Esta alteração orçamental permitiu igualmente corrigir várias dotações em função do efeito dos encargos assumidos e transitados do ano 2000.

Ainda durante o primeiro semestre, houve necessidade de recorrer à dotação provisional inscrita no OAR para reforçar as transferências de verbas para a Comissão Nacional de Eleições, como forma de restabelecer, com a maior celeridade possível, o seu normal funcionamento, após o incêndio que provocou avultados prejuízos nas suas instalações e equipamentos.

Tal situação, perfeitamente imprevisível, teve como consequência o esgotamento quase total da dotação provisional inscrita no OAR, com um saldo drasticamente reduzido para 3,276 10³PTE.

Em Julho, o OAR teve que ser profundamente redesenhado em função de contingências decorrentes da entrada em vigor da Lei n.º 85/2001, de 4 de Agosto – 1ª alteração à Lei do Orçamento de Estado para 2001 – que conduziram à redefinição das transferências do OE para a AR, de 13,7 10⁹PTE para 11,9 10⁹PTE. A diferença daqui resultante representa 17% do montante inicialmente orçamentado para todas as despesas correntes da AR e das Entidades Autónomas, incluindo as que por natureza são insusceptíveis de redução, como sejam as remunerações dos Deputados e de todo o Pessoal, bem como as subvenções aos Partidos e Grupos Parlamentares. Esta situação constituiu um real desafio à gestão orçamental e financeira da AR, porque a proposta do “Orçamento rectificativo”, no que respeitava à sua incidência no OAR, não foi objecto de parecer prévio do Conselho de Administração da AR, nas matérias que directamente influenciavam a sua situação financeira, e, por outro lado, abrangia uma parte significativa da sua actividade, incluindo as verbas afectas ao pagamento de remunerações, enquanto no domínio das “Aquisições de bens e serviços”, em Julho, já tinham sido assumidos os principais compromissos, muitos deles em resultado de contratos celebrados.

A AR foi assim confrontada com fortes condicionantes para dar resposta integral ao redimensionamento das despesas para menos 2,1 10⁹PTE. No entanto, a AR não poupou esforços no reequacionamento de “cortes” realistas no OAR 2001. Assim, foram efectuadas reuniões com os representantes das Entidades Autónomas financeiramente dependentes do OAR, com

o objectivo de também elas reflectirem proporcionais constrangimentos nos seus orçamentos. Com excepção da AACS, todas as Entidades apresentaram propostas de redução das suas despesas em consonância com as especificidades das respectivas actividades.

Posteriormente, foi determinada para todas as “Entidades Autónomas” uma redução global das transferências correntes de 135,6 10⁶PTE.

No domínio restrito da actividade específica da AR, tendo em consideração os compromissos assumidos e após uma reavaliação pormenorizada da sua situação orçamental e financeira, assumiu-se anular a realização de despesas que, em conjunto com as restrições das “Entidades Autónomas”, totalizaram 900 10⁶PTE.

15

O Conselho de Administração decidiu anular a realização de diversos projectos de “Investimento” e reajustar as actividades de “Relações Públicas e Internacionais” e das “Deslocações ao Estrangeiro”.

O Conselho de Administração decidiu ainda promover uma alteração inter-rubricas, por forma a “congelar” na dotação provisional inscrita no OAR 2001, uma verba de 900 10⁶PTE, assegurando o eficaz controlo da execução orçamental e financeira da AR e impedindo situações de ruptura, designadamente de sobreorçamentação.

Como resultado destas medidas, o OAR 2001 continuou a inscrever uma despesa global de 16,1 10⁹PTE, mas as despesas a realizar não poderiam ultrapassar 15,2 10⁹PTE.

Tal iniciativa exigiu necessariamente uma adequada articulação com o Ministério das Finanças.

No início do segundo semestre, em consequência de um “corte” orçamental de dimensão tão expressiva, foi desencadeado um conjunto de medidas de intervenção preventivas, no que concerne à natureza e à dimensão da actividade da AR.

As restrições financeiras decorrentes do “OE rectificativo” impuseram ainda, nas áreas dos consumos de papel, de material de escritório, de consumos telefónicos, aquisição de jornais e revistas e realização de trabalho em dias de descanso semanal, a adopção de medidas de contenção até final do ano (Despachos n.ºs 14, 15, 17 e 21/SG/2001).

As alterações orçamentais que se seguiram, tiveram uma incidência financeira relativamente reduzida e estiveram essencialmente relacionadas com:

a) a gestão orçamental promovida pela CADA, CNPD e CNE, com reflexos na redefinição dos agrupamentos das despesas correntes e de capital;

b) o reajustamento das verbas do *plafond* atribuído aos Grupos Parlamentares para os encargos com o pessoal dos seus gabinetes, para possibilitar a correcta contabilização nas rubricas da classificação económica.

Deste modo, e particularmente na sequência da resposta aos constrangimentos ocorridos durante a gerência de 2001, as diversas alterações promovidas ao OAR 2001 tiveram efeitos ao nível das actividades, conforme se representam no Quadro I.

QUADRO I
ORÇAMENTO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA PARA 2001

16

	OAR 2000 (1)	OAR 2001 Inicial (2)	OAR 2001 Corrigido (3)	Var. % [4=(3/2)]	Var. % [5=(3/1)]
Actividades Parlamentares	7 490 930	7 601 430	7 565 156	-0,5%	1,0%
Actividades de Apoio	3 664 986	3 818 150	3 851 388	0,9%	5,1%
Actividade Editorial	324 470	330 000	417 773	26,6%	28,8%
Cooperação Interparlamentar	224 000	240 000	190 000	-20,8%	-15,2%
Financiamento de Entidades	1 629 850	1 841 805	1 684 355	-8,5%	-3,3%
Outras Actividades	0	421 100	900 000	113,7%	100,0%
Despesas Correntes	13 334 236	14 252 485	14 608 672	2,5%	9,6%
Investimento	2 395 510	1 782 040	1 392 541	-21,9%	-41,9%
Financiamento de Entidades	84 700	74 500	107 812	44,7%	27,3%
Despesas de Capital	2 480 210	1 856 540	1 500 353	-19,2%	-39,5%
Total das Despesas	15 814 446	16 109 025	16 109 025	0,0%	1,9%

unid: 10⁶PTE

Em "Outras Actividades", inscreveu-se exclusivamente a dotação provisional que, no segundo semestre, constituiu um procedimento interno para assegurar a cativação de 900 10⁶PTE.

Tendo-se verificado o "congelamento" definitivo e irreversível de 900 10⁶PTE na dotação provisional do OAR 2001 até final do ano, a metodologia utilizada para o estudo da execução orçamental e financeira a desenvolver nos capítulos seguintes, tomou em consideração para a despesa orçamentada, o valor inscrito no OAR 2001 deduzido do saldo final da "dotação provisional", ou seja, um valor de 15,2 10⁹PTE.

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL - 2001

Em resultado da cativação de 900 10⁶PTE na “Dotação Provisional”, afigura-se coerente e pertinente excluir tal valor às despesas inscritas no OAR 2001 para mensurar a execução, utilizando como referencial uma despesa no valor de 15,2 10⁶PTE.

Com base nesta metodologia, a execução orçamental (Quadro II) evidencia uma taxa de execução do OAR 2001 de 96,9%, ou seja, o equivalente a um saldo orçamental de 474 10⁶PTE. 17

Mas na análise da execução orçamental, importa ainda ponderar o facto de, em Outubro de 2001, aquando da formulação do projecto do OAR 2002, ter sido previsto para o saldo de gerência para o exercício de 2001 um valor de 500 10⁶PTE, que se justificaria exclusivamente pelo excedente orçamental de 2001.

Nessa perspectiva, poder-se-á concluir, com fundamento, que o OAR 2001 registou uma execução plena.

QUADRO II
SÍNTESE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL E FINANCEIRA

	OAR 2001	Execução Orçamental		Execução Financeira	
		10 ³ Pte	GR %	10 ³ Pte	GR %
Despesas Correntes	13 708 672	13 261 456	96,7%	13 166 907	96,0%
Despesas de Capital	1 500 353	1 473 556	98,2%	1 339 322	89,3%
Despesas Totais	15 209 025	14 735 012	96,9%	14 506 229	95,4%

unid.: 10³PTE

A análise da execução orçamental por actividades revela níveis de realização diversos, com amplitudes que variam entre 74% e os 100% (Quadro III).

No agrupamento “Despesas Correntes” a execução orçamental de 96,7% foi influenciada pelo comportamento das actividades com maior representatividade em termos relativos - as “Actividades Parlamentares” e as “Actividades de Apoio” - responsáveis no seu conjunto por 75% da despesa total.

QUADRO III
EXECUÇÃO ORÇAMENTAL POR ACTIVIDADES

	OAR 2001	Encargos Assumidos		
		10 ⁶ Pte	GR %	Distrib.%
Actividades Parlamentares	7 565 156	7 358 974	97,3%	49,9%
Actividades de Apoio	3 851 388	3 704 839	96,2%	25,1%
Actividade Editorial	417 773	377 213	90,3%	2,6%
Cooperação Interparlamentar	190 000	141 992	74,7%	1,0%
Financiamento de Entidades	1 684 355	1 678 438	99,6%	11,4%
Despesas Correntes	13 708 672	13 261 456	96,7%	90,0%
Investimento	1 392 541	1 365 756	98,1%	9,3%
Financiamento de Entidades	107 812	107 800	100,0%	0,7%
Despesas de Capital	1 500 353	1 473 556	98,2%	10,0%
Total das Despesas	15 209 025	14 735 012	96,9%	100,0%

unid.: 10⁶PTE

A análise ao Quadro III suscita alguns comentários relativamente às actividades com índices de execução situados nos limiares inferiores. Assim:

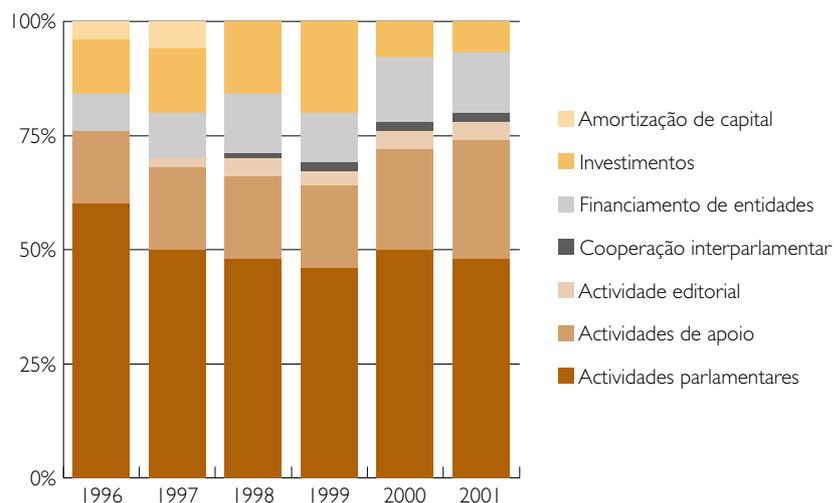
Quanto à "Actividade Editorial" foram atingidos com êxito os seus objectivos, tendo realizado uma despesa que superou em cerca de 30% os valores do ano anterior. Parte significativa do desvio resultou do efeito de uma alteração orçamental destinada a reforçar em 20 10⁶PTE a dotação para suportar os encargos com a publicação do DAR, face à facturação prevista pela INCM, que entretanto não conseguiu emitir até Dezembro.

Relativamente à actividade "Cooperação Interparlamentar", a execução registada está influenciada pelos critérios contabilísticos adoptados.

De facto, os encargos totais com os vencimentos dos sete funcionários dos Serviços da AR que, em 2001, estiveram afectos à cooperação com Timor Lorosae, na ordem dos 21 10⁶PTE, não foram afectos àquela actividade, mantendo-se o registo contabilístico na actividade dos "Serviços da AR".

Além do mais, a actividade da "Cooperação Interparlamentar", tal como a "Actividade Editorial", constituem agregados consolidados, na estrutura orçamental da AR, conforme atesta o Gráfico I.

GRÁFICO I
ENCARGOS ASSUMIDOS (UNID.: 10⁶PTE)



Na análise comparativa da despesa realizada em 2000 e 2001, fundamentada na observação do Quadro IV, constata-se que o incremento da despesa suportada através do OAR 2001, de 4,8%, não resulta do comportamento da actividade específica da AR, que apenas cresceu 1%.

QUADRO IV
EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

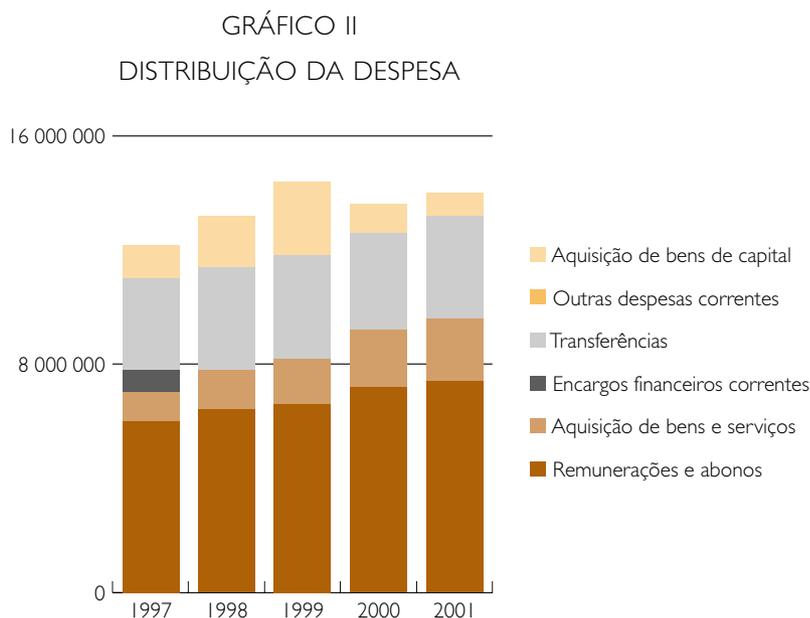
	2000	2001	Var. %
Actividades Parlamentares	5 563 919	5 473 411	-1,6%
Actividades de Apoio	3 424 224	3 704 839	8,2%
Actividade Editorial	290 602	377 213	29,8%
Cooperação Interparlamentar	148 529	141 992	-4,4%
Investimento	1 525 244	1 365 756	-10,5%
Actividade da AR	10 952 517	11 063 211	1,0%
Financiamento aos Partidos Políticos	1 492 426	1 885 563	26,3%
Financiamento de Entidades Autónomas	1 617 479	1 786 238	10,4%
Total	14 062 422	14 735 012	4,8%

De facto, só no financiamento dos Partidos Políticos, através da atribuição de uma subvenção anual, cuja actualização está indexada à do salário mínimo nacional e das subvenções para as campanhas eleitorais, o incremento de encargos ascendeu a 26,3%. Mas esta variação expressiva é especialmente devida pela diferença de valores entre a subvenção para as campanhas eleitorais para as Assembleias Legislativas Regionais dos Açores e da Madeira paga em 2000, e a subvenção atribuída em 2001 para a campanha das eleições presidenciais.

20

Também o financiamento das Entidades Autónomas (AACS, CNE, CADA, CNPD e Provedoria de Justiça) teve particular incidência no crescimento da despesa do OAR sem que, contudo, tal se reflectisse nos recursos da própria AR.

O Gráfico II, evidencia a representatividade dos diversos agrupamentos, segundo a classificação económica, onde as despesas com “Remunerações e encargos sociais” é responsável por mais de metade da despesa globalmente realizada.



De notar ainda que parte significativa dos encargos assumidos não corresponde a consumos da própria AR, pois cerca de 25% destes destinam-se a financiar Partidos Políticos, Entidades Autónomas (AACS, CADA, CNE, CNPD, Provedoria de Justiça) Grupo Desportivo Parlamentar, outras Entidades públicas ou privadas e Conselho de Fiscalização dos Serviços de Informações.



ACTIVIDADES PARLAMENTARES

A Assembleia da República, órgão de soberania e assembleia representativa de todos os cidadãos portugueses, é titular por excelência da função legislativa, face às suas competências constitucionais e, ainda, pela reserva absoluta dessa mesma competência relativamente às matérias também constitucionalmente definidas.

Na área da fiscalização, compete-lhe vigiar pelo cumprimento da Constituição e das leis e apreciar os actos do Governo e da Administração, área onde se pode destacar o processo de apreciação do Programa do Governo, as interpelações, as perguntas ao Governo, os requerimentos e os inquéritos parlamentares.

Em 2001, no âmbito da actividade parlamentar, registou-se a realização de 102 reuniões plenárias, 2 reuniões da Comissão Permanente e 86 reuniões da Conferência de Representantes, tendo sido aprovadas 13 Deliberações e 81 Resoluções, dando ainda origem a 121 leis, 6 leis orgânicas e 146 Decretos.

Em termos orçamentais, as “Actividades Parlamentares” representam 50% das despesas realizadas, associando-lhes um nível de execução de 97,3%, constando do quadro a seguir a correspondente desagregação pelas respectivas sub-actividades.

QUADRO V
EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA "ACTIVIDADE PARLAMENTAR"

	OAR 2001	Encargos Assumidos		
		10 ³ Pte	GR %	Distrib.%
Presidente da Assembleia da República	20 287	20 244	99,8%	0,3%
Gabinete de Apoio do PAR	187 382	183 802	98,1%	2,5%
Vice-Presidentes, Secretários e Vice-Secretários	192 238	175 455	91,3%	2,4%
Gabinetes de Apoio dos Vices	52 994	51 969	98,1%	0,7%
Conselho de Administração	17 148	16 635	97,0%	0,2%
Grupos Parlamentares	157 105	156 118	99,4%	2,1%
Gabinetes de Apoio dos Grupos Parlamentares	1 081 736	1 075 209	99,4%	14,6%
Comissões Parlamentares	15 100	14 350	95,0%	0,2%
Deputados	3 280 886	3 203 430	97,6%	43,5%
Parlamento Europeu	236 636	226 177	95,6%	3,1%
Comemorações do Aniversário do 25 de Abril	1 131	1 130	99,9%	0,0%
Deslocações em Território Nacional	4 500	3 780	84,0%	0,1%
Deslocações ao Estrangeiro	293 983	232 425	79,1%	3,2%
Deslocações ao Estrang. Grupos Parl. de Amizade	2 250	634	28,2%	0,0%
Recepção de Delegações e Entidades Oficiais	117 000	99 922	85,4%	1,4%
Parlamento das Crianças e dos Jovens	2 600	1 216	46,8%	0,0%
Outros Encargos Parlamentares	1 902 180	1 896 477	99,7%	25,8%
Total	7 565 156	7 358 974	97,3%	100,0%

unid.: 10³PTE

O Quadro V permite pois avaliar quer a estrutura dos encargos assumidos por cada uma das sub-actividades que integram as "Actividades Parlamentares", quer o respectivo grau de execução orçamental, sendo possível concluir que cerca de 84% do total das despesas correspondem às seguintes sub-actividades:

- "Deputados", que integra os valores correspondentes às diversas componentes remuneratórias;
- "Gabinetes de Apoio dos Grupos Parlamentares", que engloba a despesa efectuada com a respectiva afectação de recursos humanos;
- "Outros encargos parlamentares" onde são imputados os encargos com as subvenções atribuídas aos partidos políticos representados na AR e com as subvenções para as campanhas eleitorais.

O desvio de execução das sub-actividades “Deslocações ao Estrangeiro”, “Deslocações ao Estrangeiro dos Grupos Parlamentares de Amizade” e “Recepção de Delegações e Entidades Oficiais” também constitui a evidência do esforço da AR na redução da despesa.

A evolução dos encargos assumidos com as “Actividades Parlamentares” em 2001 consta do Quadro VI.

QUADRO VI
EVOLUÇÃO DOS ENCARGOS ASSUMIDOS COM “ACTIVIDADE PARLAMENTAR”

	2000	2001	Var. %
Presidente da Assembleia da República	19 518	20 244	3,7%
Gabinete de Apoio do PAR	183 205	183 802	0,3%
Vice-Presidentes, Secretários e Vice-Secretários	176 645	175 455	-0,7%
Gabinetes de Apoio dos Vices	48 925	51 969	6,2%
Conselho de Administração	13 670	16 635	21,7%
Grupos Parlamentares	151 379	156 118	3,1%
Gabinetes de Apoio dos Grupos Parlamentares	1 028 607	1 075 209	4,5%
Comissões Parlamentares	11 506	14 350	24,7%
Deputados	3 314 800	3 203 430	-3,4%
Parlamento Europeu	222 522	226 177	1,6%
Comemorações do Aniversário do 25 de Abril	1 731	1 130	-34,7%
Deslocações em Território Nacional	6 739	3 780	-43,9%
Deslocações ao Estrangeiro	255 518	232 425	-9,0%
Deslocações ao Estrang. Grupos Parl. de Amizade	640	634	-0,8%
Recepção de Delegações e Entidades Oficiais	119 422	99 922	-16,3%
Parlamento das Crianças e dos Jovens		1 216	
Outros Encargos Parlamentares	1 501 517	1 896 477	26,3%
Total	7 056 345	7 358 974	4,3%

unid.: 10³PE

Na sub-actividade dos “Vice-Presidentes, Secretários e Vice-Secretários” a redução dos encargos de 0,7% verificada em relação ao ano 2000 é consequência:

- Dos encargos inferiores suportados a título de “Ajudas de custo” e de “Despesas de Deslocação”;
- De um dos quatro Secretários da Mesa apenas ter exercido essas funções entre 1 de Janeiro e 11 de Outubro de 2001.

Na sub-actividade “Gabinetes de Apoio dos Vice-Presidentes” destaca-se um crescimento percentual de 6,2%, explicado pela nomeação de um motorista para integrar o Gabinete do Vice-Presidente do Partido Popular.

O crescimento de 21,7% ocorrido com os encargos afectos à sub-actividade “Conselho de Administração” ficou a dever-se ao pagamento efectuado já em 2001, das “Despesas de Representação” com efeitos retroactivos entre Maio e Dezembro do ano 2000 a que tinha direito a Deputada Heloísa Apolónia, ao abrigo do Estatuto dos Deputados.

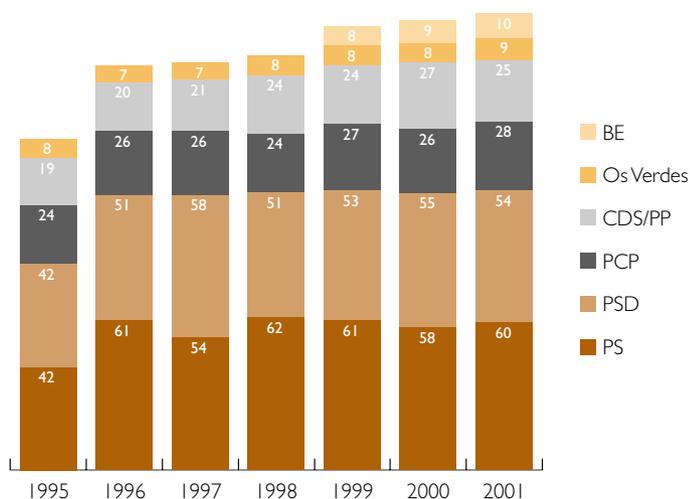
25

GABINETES DE APOIO DOS GRUPOS PARLAMENTARES

As despesas adicionais de 4,5% realizadas com os “Gabinetes de Apoio dos Grupos Parlamentares” face ao exercício anterior traduzem o acompanhamento da evolução registada na actualização do salário mínimo nacional, que passou de 63.800 PTE para 67.000 PTE, correspondendo a uma variação de 5%, enquanto base de cálculo do *plafond* legalmente definido (artigo 62º da LOAR).

A evolução do número de funcionários por Grupo Parlamentar, nos últimos anos, é apresentada no gráfico seguinte:

GRÁFICO III
GABINETES DE APOIO DOS GRUPOS PARLAMENTARES (N.º DE FUNCIONÁRIOS)



A gestão das verbas disponíveis, nos termos previstos no artigo 62º da LOAR, é da responsabilidade dos respectivos Grupos Parlamentares, destinando-se aquelas a suportar os vencimentos do pessoal que integra os seus Gabinetes de Apoio, as quais se repartem, de acordo com o Classificador das despesas e receitas da AR, por três rubricas: "Pessoal dos Serviços e dos Gabinetes", "Subsídio de Férias e de Natal" e "Trabalho Extraordinário".

COMISSÕES PARLAMENTARES

No ano 2001, no seu conjunto, as Comissões Parlamentares efectuaram 704 reuniões, 124 das quais contaram com a presença de Membros do Governo. Foram igualmente concedidas 229 audiências e promovidas 297 audições parlamentares.

As verbas despendidas nesta actividade correspondem apenas a despesas de representação processadas aos Presidentes das Comissões Parlamentares e o seu aumento de 24,7% resulta da constituição de novas comissões eventuais, designadamente:

- "Acompanhamento da Situação em Timor Leste";
- "Análise e Fiscalização dos Recursos Públicos Envolvidos na Organização do EURO 2004".

Para além das comissões eventuais, em 2001, funcionaram as seguintes comissões e sub-comissões parlamentares:

Comissões Especializadas Permanentes

- 1ª – "Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias";
- 2ª – "Negócios Estrangeiros, Comunidades Portuguesas e Cooperação";
 - "Subcomissão das Comunidades Portuguesas";
- 3ª – "Defesa Nacional";
- 4ª – "Administração e Ordenamento do Território, Poder Local e Ambiente";
 - "Subcomissão para a Criação de Novos Municípios, Freguesias, Vilas e Cidades";
- 5ª – "Economia, Finanças e Plano";
 - "Subcomissão de Turismo";
- 6ª – "Equipamento Social";
- 7ª – "Educação, Ciência e Cultura";
- 8ª – "Saúde e Toxicodependência";
 - "Subcomissão de Toxicodependência";
- 9ª – "Trabalho, Solidariedade e Segurança Social";

- 10^a – "Assuntos Europeus";
- "Subcomissão para o Acompanhamento do Quadro Comunitário de Apoio e da Coesão Económica e Social";
 - "Subcomissão para o Acompanhamento da União Económica e Monetária";
- 11^a – "Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas";
- "Subcomissão de Pescas";
- 12^a – "Juventude e Desporto";
- 13^a – "Paridade e Igualdade de Oportunidades e Família";
- 14^a – "Ética".

27

Comissões de Inquérito Parlamentar

- "Comissão de Inquérito Parlamentar sobre as causas, consequências e responsabilidades com o acidente resultante do desabamento da ponte sobre o rio Douro e Entre-os-Rios";
- "Comissão de Inquérito Parlamentar aos Actos do Governo e da Administração no processo da Fundação para a Prevenção e Segurança".

DEPUTADOS

Na sub-actividade "Deputados" as despesas assumidas totalizaram 3,2 10⁹PTE, menos 3,4% que em 2000. Esta redução explica-se pelo impacto da atribuição de "Subsídio de Reintegração", que em 2000 totalizou 189 10⁶PTE, enquanto na gerência em análise se limitou a uma verba 35 10⁶PTE para satisfazer nove requerimentos.

Os avultados encargos suportados em 2000 com subsídios de reintegração estão intimamente relacionados com a mudança de Legislatura então ocorrida. Em 2000, para atribuição deste subsídio, foram formulados requerimentos por 46 ex-Deputados.

DESLOCAÇÕES AO ESTRANGEIRO

No quadro das Organizações Internacionais das quais Portugal é Estado membro e no âmbito das relações com outros parlamentos nacionais, a Assembleia da República participou, por intermédio das suas representações permanentes e/ou extraordinárias, nas seguintes reuniões internacionais, com deslocações asseguradas pelos Serviços:

No âmbito da **União Interparlamentar (UIP)** realizaram-se 21 deslocações para participar na 105^a e 106^a Conferência Interparlamentar, na 1^a Reunião Parlamentar Internacional sobre o tema “Para um sistema comercial multilateral livre, justo e equitativo: a dimensão parlamentar”, na Assembleia Geral da Conferência Interparlamentar para a Agricultura, Florestas e Pescas – IPAAF – e ainda numa Missão de Consultoria.

No âmbito da **Assembleia Parlamentar da NATO** ocorreram 42 deslocações para participar na:

— 28

- Comissão de Defesa e Segurança;
- Reunião conjunta das Comissões: Permanente, Defesa e Segurança, Política e de Economia e Segurança;
- Subcomissão para a Europa Central e Oriental;
- Grupo Especial do Mediterrâneo;
- 49^o Seminário Rose-Roth “A Segurança e a Estabilidade na Europa Central Meridional”;
- Comissão Permanente;
- Subcomissão para as Relações Transatlânticas;
- Comissão Política;
- Comissão da Dimensão Civil da Segurança;
- Comissão de Economia e Segurança;
- Subcomissão para a proliferação das tecnologias militares;
- Conferência sobre “O papel do parlamento relativo às consequências da reforma da defesa”;
- Sessão da Primavera;
- 5^a Reunião da Comissão Interparlamentar Latino-Americana e Subcomissão para as Relações Transatlânticas;
- Comissão sobre a Dimensão Civil da Segurança;
- Iniciativa Jovens Parlamentares;
- Viagem Anual da Assembleia Parlamentar da NATO;
- Fórum Parlamentar Transatlântico;
- Subcomissão para as Relações Económicas e Transatlânticas.

No âmbito da Delegação da Assembleia Parlamentar do **Conselho da Europa (APCE)**, efectuaram-se 103 deslocações para assegurar a participação nas respectivas sessões ordinárias, comissões e subcomissões.

No contexto da Delegação da Assembleia Parlamentar da **Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE)**, realizaram-se 11 deslocações para assegurar a:

- Missão da OSCE à Letónia e à Estónia;
- Participação como representante da OSCE nas Eleições no Kosovo;
- 1ª Sessão Anual da Assembleia Parlamentar da OSCE (Plenária);
- *Bureau* Alargado;
- Comissão Permanente.

29

No âmbito da Delegação da Assembleia Parlamentar da **União da Europa Ocidental (UEO)** efectuaram-se 42 deslocações visando a participação na 1ª e 2ª Partes da 47ª Sessão Ordinária da Assembleia da UEO (Plenária), nas reuniões da “Comissão Política”, “Comissão de Defesa”, “Comissão das Relações Parlamentares e Públicas”, “Comissão Técnica e Aeroespacial” e ainda no Colóquio sobre “Rever o conceito de segurança europeia”, bem como no Comité de Presidentes.

O Presidente da Assembleia da República deslocou-se em visita oficial a Marrocos, República Checa e República Eslovaca e à Federação da Rússia, e participou ou fez-se representar nos seguintes eventos internacionais:

- II Fórum Parlamentar Euro-Mediterrânico (Bruxelas);
- Grupo de Trabalho *Ad-Hoc* sobre “Luta contra o crime organizado e a corrupção” (Paris);
- IX Congresso da Imprensa Portuguesa (Nova Iorque);
- Fórum sobre Coesão, no PE (Bruxelas);
- 1º Congresso Mundial Contra a Pena de Morte e Conferência no Centro Português de Estudos (Estrasburgo e Londres);
- Conferência de Presidentes dos Parlamentos da UE (Estocolmo).

QUADRO VII

EVOLUÇÃO DAS DESPESAS COM DESLOCAÇÕES AO ESTRANGEIRO

	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
N.º Deslocações	415	337	414	396	374	490	428
Despesa (10 ⁶ Pte)	170	140	179	188	178	266	285
Despesa/deslocação (10 ³ Pte)	410	416	431	475	476	543	666

RECEPÇÃO DE DELEGAÇÕES E ENTIDADES OFICIAIS

A dinamização e acompanhamento das relações externas da Assembleia da República, nos planos nacional e internacional, é assegurada pelos Serviços da Assembleia da República.

Assim, no plano das relações externas, assegurou-se a organização de reuniões e conferências promovidas pelas Comissões Parlamentares ou por entidades exteriores com o patro-

30 cínio da Assembleia da República, nomeadamente o Colóquio promovido pela Comissão Parlamentar de Educação, Ciência e Cultura subordinado ao tema “A Língua Portuguesa no Mundo”.

Paralelamente, foram organizadas Sessões Solenes e Cerimónias das quais se destacam:

- Posse de Sua Excelência o Presidente da República, Dr. Jorge Fernando Branco de Sampaio;
- Sessão Solene Comemorativa do 27º Aniversário do 25 de Abril e do 25º Aniversário da Constituição da República Portuguesa;
- Sessão Solene de Boas-Vindas ao Presidente da República de Itália, Senhor Carlo Azeglio Ciampi.

No plano das relações internacionais bilaterais, organizaram-se e acompanharam-se visitas de Chefes de Estado e de Entidades parlamentares da Alemanha, Angola, Arábia Saudita, Argentina, Bélgica, Brasil, Bulgária, Cabo Verde, Chile, China, Cuba, Eslováquia, Eslovénia, Estónia, Espanha, EUA, Finlândia, França, Gabão, Grã-Bretanha, Holanda, Hungria, Itália, Israel, Japão, Lituânia, Moçambique, Nigéria, República Checa, Rússia, S. Tomé e Príncipe, Suíça, Timor e Venezuela.

Ainda no âmbito das relações internacionais bilaterais, salientam-se as seguintes cerimónias e visitas:

- Visita Oficial da Presidente do Congresso dos Deputados de Espanha, Senhora Luisa Fernanda Rudi;
- Visita da Delegação do Conselho da Federação da Assembleia Federal da Federação da Rússia;
- Encontro da Comissão Eventual de Acompanhamento da Situação em Timor Leste com o Ministro-Chefe do 2º Governo Transitório de Timor Leste, Dr. Mári Alkatiri;
- Visita Oficial do Vice-Presidente da Assembleia Nacional da Hungria, Senhor Ferenc Wekler;
- Visita da Presidente da Assembleia da Extremadura de Espanha;
- Visita da Delegação do Grupo Parlamentar de Amizade Cuba-Portugal;
- Visita Oficial do Príncipe Salman Bin Abdel Aziz Al-Saud, Príncipe da Região de Riade – Arábia Saudita;

- Cerimónia de Boas-Vindas ao Primeiro-Ministro da República de Cabo Verde;
- Visita Oficial do Presidente da Câmara dos Conselheiros da Dieta do Japão, Senhor Yutaka Inoue;
- Cerimónia de Boas-Vindas ao Presidente da República do Chile, Senhor Doutor Ricardo Lagos;
- Cerimónia de Boas-Vindas ao Presidente da República Bolivariana da Venezuela, Hugo Chavez Frias;
- Visita do Ministro-Chefe do 2º Governo Transitório de Timor Leste, Dr. Mári Alkatiri;
- Visita do Primeiro Ministro da Eslováquia;
- Cerimónia de Boas-Vindas ao Presidente da República Argentina;
- Visita do Dr. Sérgio Vieira de Mello, Representante do Secretário-Geral das Nações Unidas em Timor Leste, e do Dr. Ramos Horta, Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação do 2º Governo de Transição de Timor Leste;
- Cerimónia de Boas-Vindas e banquete oferecido ao Presidente da República do Gabão, Senhor Omar Bongo;
- Visita do Presidente da República de São Tomé e Príncipe, Dr. Fradique Menezes.

31

No plano multilateral, a Assembleia da República organizou:

- Visita a Portugal do Presidente da Assembleia Parlamentar da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE);
- Visita a Portugal do Presidente da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, Lord Russel-Johnston;
- Reunião em Lisboa da Comissão para Acompanhamento das Obrigações dos Estados-Membros da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa;
- Conferência sobre "Migrações", no âmbito da Assembleia Parlamentar da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE) e Reunião da Comissão Permanente da AP OSCE;
- Reunião da Comissão de Relações Parlamentares e Públicas da Assembleia Parlamentar da União da Europa Ocidental (UEO);
- VII Cerimónia de Entrega do Prémio Norte-Sul de Lisboa.

Importa ainda referir que, com o objectivo de abrir a Assembleia da República ao cidadão e divulgar as actividades nela desenvolvidas, foram editados 124 Boletins Informativos e 2 Boletins Extraordinários, com uma tiragem média de 800 Boletins por reunião plenária, contendo a "Ordem do Dia" das sessões parlamentares que se realizaram durante 2001

e outras informações, designadamente as relativas à recepção de delegações e entidades oficiais, cujos conteúdos foram difundidos através da INTERNET (www.parlamento.pt).

Ainda em reforço deste objectivo organizaram-se 294 visitas de estudo ao Palácio de S. Bento para 13.457 cidadãos, em grande número oriundos da população estudantil, e facultou-se a assistência às sessões plenárias a 17.103 cidadãos.

Foi igualmente assegurado apoio aos órgãos de Comunicação Social no decurso das sessões plenárias e emitidos 32 comunicados de imprensa.

32

OUTROS ENCARGOS PARLAMENTARES

Na sub-actividade “Outros encargos parlamentares”, o incremento do esforço financeiro em 395 10⁶PTE foi determinado pelas:

- “Subvenções aos partidos políticos representados na AR” de 1,6 10⁹PTE, mais 5% do que os encargos suportados em 2000. Esta subvenção é atribuída nos termos da Lei n.º 56/98, de 18 de Agosto, alterada pela Lei n.º 23/2000, de 23 de Agosto, e o seu cálculo processa-se em função do salário mínimo nacional em vigor e do número de votos obtidos;
- “Subvenções para as campanhas eleitorais”, ao abrigo do n.º 3 do artigo 29º da Lei n.º 56/98, de 18 de Agosto, com alterações previstas na Lei n.º 23/2000, de 23 de Agosto. Estas subvenções foram atribuídas pelo “valor total equivalente a 2.500, 1.250 e 250 salários mínimos mensais nacionais”, valendo o primeiro montante para as eleições para a Assembleia da República e para as Autarquias Locais, o segundo para as eleições para a Presidência da República e o terceiro para as eleições para as Assembleias Legislativas Regionais. Os encargos com as subvenções para as campanhas eleitorais passaram de 16 10⁶PTE em 2000, para 335 10⁶PTE em 2001.



ACTIVIDADES DE APOIO

34 As actividades de apoio assumiram, em termos orçamentais, um valor equivalente a 25,1% do total das despesas da AR, destacando-se, entre elas, como sub-actividade com maior representatividade na respectiva estrutura de encargos, a correspondente a “Serviços da AR” (60%), onde se inclui o encargo suportado com as remunerações e demais abonos respeitantes ao pessoal, conforme se infere do Quadro VIII.

QUADRO VIII
ENCARGOS DAS “ACTIVIDADES DE APOIO”

	OAR 2001	Encargos Assumidos		
		10 ³ Pte	GR %	Distrib.%
Serviços da Assembleia da República	2 262 543	2 221 686	98,2%	60,0%
Serviços de Apoio ao Secretário-Geral	55 995	55 302	98,8%	1,5%
Formação de Pessoal	40 500	28 936	71,4%	0,8%
Acção Social	202 500	194 117	95,9%	5,2%
Despesas de Funcionamento	1 289 850	1 204 799	93,4%	32,5%
Total	3 851 388	3 704 839	96,2%	100,0%

A evolução dos encargos com as actividades de apoio a que o quadro IX dá expressão foi determinada:

- Maioritariamente, pelo impacto da massa salarial associada ao pessoal dos Serviços da AR. Em capítulo autónomo apresenta-se uma caracterização dos recursos humanos afectos a estes Serviços;

- Pela preocupação em assegurar uma política de conservação e manutenção ajustada às características do património pertencente à AR, muito particularmente do Palácio de S. Bento.

QUADRO IX
EVOLUÇÃO DOS ENCARGOS DAS "ACTIVIDADES DE APOIO"

	2000	2001	Var. %
Serviços da Assembleia da República	2 066 933	2 221 686	7,5%
Serviço de Apoio ao Secretário-Geral	29 486	55 302	87,5%
Formação de Pessoal	24 449	28 936	18,4%
Acção Social	180 387	194 117	7,6%
Despesas de Funcionamento	1 122 969	1 204 799	7,3%
Total	3 424 224	3 704 839	8,2%

unid.: 10⁶PTE

O aumento evidenciado no Quadro IX na sub-actividade "Serviço de Apoio ao Secretário-Geral", de 87,5%, reflecte o acréscimo da despesa com mais um adjunto no Gabinete da SG, que deste modo retomou a composição adoptada até 1999.

GESTÃO DAS ACTIVIDADES DE APOIO

A gestão das várias actividades de apoio pautou-se durante o ano de 2001 por critérios de contenção que se reforçaram particularmente durante o segundo semestre, na sequência das restrições orçamentais então impostas.

Com efeito, houve que amortecer, nesse período, o ritmo de evolução registado nas despesas correntes, em especial nas despesas de funcionamento, o que permitiu situar o seu crescimento em 7,3%.

Mas, se ao montante das despesas de funcionamento se retirar a despesa relativa a contratos de manutenção e conservação, então em vez daquele crescimento de 7,3%, tem-se um decréscimo de 3,9% nas despesas de funcionamento. Esta redução foi pois a resposta às medidas de contenção adoptadas.

Todavia, com a preocupação de não criar condições difíceis ao funcionamento da AR, o grau de contenção exigido pela redução de 900 10⁶PTE foi especialmente alcançado por via do investimento, tendo-se prejudicado a realização de alguns dos projectos previstos para 2001, em função das respectivas prioridades, dos quais se referem: obras no Museu, climatização, limpeza das fachadas do Palácio, insonorização do edifício D. Carlos, beneficiações na Casa Amarela, desenvolvimento da nova aplicação SIBAR, integração das zonas de lixos e ainda aquisição de mobiliário.

Ao nível das despesas correntes foi sobretudo nas relativas a trabalho prestado em dias de descanso semanal, jornais e revistas, telefones, papel e outro material de escritório que incidiram as medidas de carácter restritivo.

Tais condicionalismos determinaram a introdução de melhorias nos instrumentos de controlo de gestão, com destaque para:

- Aquisição de equipamento para a instalação de circuitos de ligação aos operadores móveis, visando a redução de custos com comunicações;
- Implementação da aplicação para a gestão de *stocks*, com definição de centros de custos tendo em vista o apuramento dos consumos de cada sector;
- Aquisição de uma aplicação destinada ao cadastro e inventário dos bens da AR.

Caracterizado genericamente o quadro em que foram desenvolvidas as Actividades de Apoio, importa, no entanto, salientar que os condicionalismos que o caracterizaram não afectaram o desenvolvimento e melhoria dos sistemas de suporte à actividade parlamentar, identificando-se seguidamente os que em 2001 tiveram evoluções mais significativas.

Assim, a evolução verificada nos **sistemas de gestão integrada da informação parlamentar** durante o ano de 2001 permitiu melhorar significativamente a qualidade da informação prestada pelos Serviços e reduzir o tempo médio de resposta aos pedidos de informação.

Toda a legislação decorrente da actividade parlamentar da Assembleia da República é tratada e disponibilizada em texto integral, com recurso a tecnologia avançada, através da base de dados do Processo Legislativo Comum e da Actividade Parlamentar (PLC) e do Sistema Debates Parlamentares na Intranet e na Internet.

Com efeito, no ano de 2001 foi concluído o desenvolvimento da aplicação relativa ao PLC, tendo sido disponibilizada a todos os Serviços, Gabinetes e Grupos Parlamentares da Assembleia da República. Para facilitar o acesso à consulta dessa aplicação foi criada uma página na Internet com o endereço <http://193.10.13.102/consultaPLC/PLCCON.htm>.

Também durante o ano 2001, o Sistema Debates Parlamentares registou uma evolução significativa, estando concluída a introdução de texto e imagem de todos os Diários da Assembleia Constituinte e da Assembleia da República - 1ª Série, projecto este desenvolvido em parceria com a Universidade de Aveiro. A partir da 2ª Sessão da VIII Legislatura, o carregamento das páginas de texto dos Diários no Sistema Debates Parlamentares é assegurado de forma integral pelos Serviços da Divisão de Informação Legislativa e Parlamentar, que mantêm o sistema actualizado, tendo sido introduzidos todos os DAR's - 1ª Série publicados até à 3ª Sessão da VIII Legislatura.

A versão Internet do Sistema Debates Parlamentares foi disponibilizado através do site da Assembleia da República na Internet (www.parlamento.pt) a partir do mês de Maio de 2001.

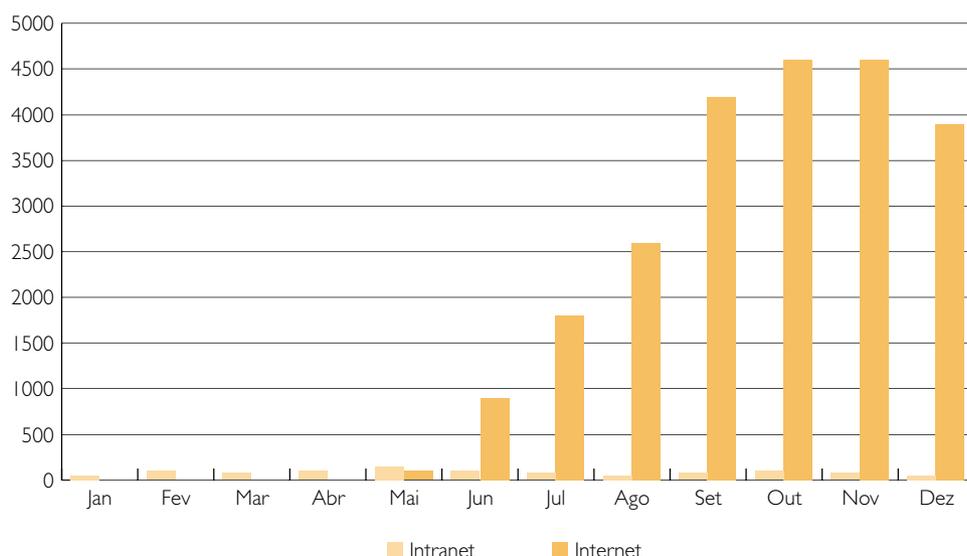
Para ilustrar melhor a utilização do Sistema Debates Parlamentares, de seguida são apresentadas estatísticas de acessos aos servidores Intranet e Internet, durante o ano 2001.

QUADRO X
DEBATES PARLAMENTARES – NÚMERO DE ACESSOS – 2001

Debates	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Intranet	34	76	52	67	109	82	39	29	46	80	54	46
Internet					97	889	1 787	2 559	4 234	4 596	4 607	3 926

37

GRÁFICO IV
DEBATES PARLAMENTARES – NÚMERO DE ACESSOS -2001



Durante o ano 2001, a resposta aos pedidos de informação legislativa e parlamentar estrangeiros e a elaboração dos dossiers de legislação comparada foram levadas a cabo através da consulta das seguintes bases de dados de jurisprudência e legislação estrangeira, via Internet:

- BOE – base de dados de jurisprudência e legislação espanhola;
- JURIFRANCE – base de dados de jurisprudência e legislação francesa;
- Ispolitel/Guritel – base de dados de jurisprudência e legislação italiana;
- Moniteur Belge – base de dados de jurisprudência e legislação belga;
- CELEX – base de dados de jurisprudência e legislação da União Europeia.

Durante o ano de 2001, o processo de elaboração dos dossiers de legislação sofreu uma evolução significativa. A produção e distribuição da referida documentação, que era feita apenas em suporte papel, passou a ser feita também em suporte magnético e disponibilizada no site da DILP na Intranet da Assembleia da República.

Foram editados os seguintes *dossiers* temáticos e de legislação comparada:

Título do Dossier	Mês de Edição
Autarquias Locais – Habitação, empreitadas de obras públicas e POCAL (nova edição)	Fevereiro
Protecção do Património Cultural	Fevereiro
Medicinas não Convencionais	Fevereiro
Mobbing – Assédio Moral no Local de Trabalho	Março
Tributação do Património	Abril
Conciliação da Vida Familiar e Profissional	Abril
Incompatibilidade dos Deputados e dos Titulares de Cargos Políticos (nova edição)	Abril
Enquadramento do Orçamento do Estado – Trabalhos Preparatórios	Abril
Pensões de Alimentos Filhos Maiores ou Emancipados	Maio
Imigrantes Clandestinos	Junho
Droga	Junho
Orçamento do Estado para 2002	Outubro
Autarquias Locais – Legislação Nacional (nova edição)	Dezembro
Leis Eleitorais – Legislação Nacional (nova edição)	Dezembro

Em Janeiro de 2001 foi criado um site na Intranet da Assembleia da República, no endereço <http://192.1.1.143>, com os seguintes objectivos:

- Disponibilizar em suporte magnético os dossiers temáticos e de legislação publicados pela Divisão;
- Tornar mais fácil o pedido de informação via mail;
- Permitir aos funcionários dos Serviços da AR e dos Grupos Parlamentares a pesquisa directa da informação que necessitam;
- Disponibilizar em suporte magnético documentação diversa com a informação mais solicitada.

Em 2001, deu-se ainda início ao desenvolvimento de uma nova Intranet da Assembleia da República – ARNET – com vista, quer a disponibilizar informação gerada pelos vários

sistemas de informação da Assembleia da República, quer a permitir eficiências procedimentais nas áreas do registo de correspondência, requisições à DAPAT e respectiva gestão, lista de antiguidades, boletim informativo, marcação de salas e lista telefónica, para além de permitir normalizar e estruturar os documentos produzidos nos Serviços.

Ao nível da **informação científica e técnica**, é de realçar o reforço das aquisições de publicações especialmente dedicadas ao apoio dos trabalhos parlamentares, tendo, no ano de 2001, sido adquiridas pela Biblioteca 536 monografias e procedido à assinatura de 159 títulos de publicações periódicas.

39

A página da Biblioteca na Intranet foi renovada com a criação de novos *layouts*, permitindo melhorar a apresentação dos conteúdos, produtos e serviços.

Para além de se assegurar a manutenção regular dos boletins mensais de sumários e de informação europeia, foram desenvolvidos novos conteúdos de informação disponibilizados na Intranet, dos quais se destacam os seguintes:

- Informação estatística (nacional, comunitária e internacional);
- Biblioteca digital (acesso ao texto integral de publicações de carácter jurídico e económico);
- Portal de apoio à Comissão de Assuntos Constitucionais, dando início ao trabalho a desenvolver em 2002, disponibilizando informação específica a cada uma das Comissões Parlamentares Especializadas;
- *Dossiers* de informação on line sobre matérias em debate (reforma fiscal, Tribunal Penal Internacional e Tratado de Nice) e páginas actualizáveis sobre temas de grande actualidade (Debate sobre o futuro da União Europeia e Política e actualidade da UE no domínio JAI – Justiça e Assuntos Internos);
- Escaparate (destaque semanal de novas publicações).

Em Outubro de 2001 foi implementado o novo serviço de informação de imprensa que apresenta significativas melhorias em relação ao anterior no que diz respeito aos seguintes aspectos:

- Maior facilidade de acesso à informação por todos os utilizadores;
- Um *interface web* mais amigável e de maiores facilidades de pesquisa;
- A possibilidade de produzir *dossiers* de imprensa.

A reconversão retrospectiva dos fundos bibliográficos não tratados constitui um importantíssimo projecto iniciado neste ano e que vai permitir a informatização de mais de 150.000 registos de publicações dos séculos XIX e XX, e ainda um fundo denominado Biblioteca de Alcobça. Este projecto teve início em Fevereiro de 2001 e estará concluído em meados de 2002.

A reorganização do **sistema geral de arquivos** constituiu outra importante actividade

de apoio iniciada durante o ano de 2001 na área da documentação e informação, contribuindo igualmente para a valorização do património cultural da Assembleia da República. Assim, foi aprovado o regulamento da sala de leitura do Arquivo Histórico Parlamentar, bem como as normas para a reprodução de documentos desse Arquivo.

Foi criado o **Arquivo Fotográfico** da Assembleia da República na dependência do Arquivo Histórico Parlamentar, tendo-se procedido à reunião e inventário de todo o espólio fotográfico da Assembleia da República; encontra-se em desenvolvimento uma aplicação informática para gestão deste Arquivo.

—40

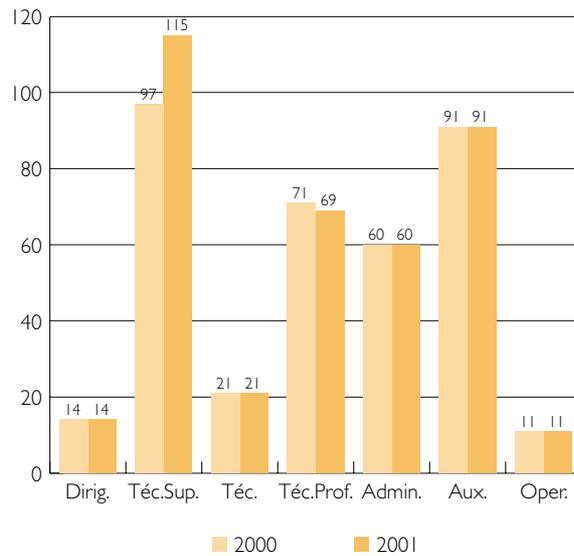
GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

Com o objectivo de proceder à adequação dos efectivos às necessidades dos Serviços, exigida pela organização interna, na perspectiva da adaptação a novos métodos de trabalho, promoveu-se a abertura de concursos de ingresso e de acesso, com vista ao reforço dos efectivos, nas seguintes áreas:

- arquivo;
- assuntos culturais;
- biblioteca e documentação;
- conservador de museu;
- economia;
- gestão e administração pública;
- informática;
- jurídica;
- redacção;
- relações internacionais;
- recursos humanos;
- administrativa e auxiliar.

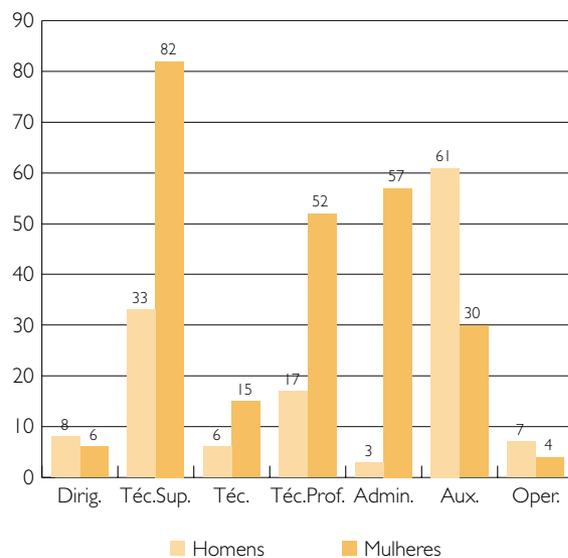
Como resultado dos procedimentos levados a cabo no âmbito dos concursos realizados, cabe salientar a promoção profissional de 11,5% dos efectivos inseridos nos grupos profissionais técnico superior, técnico-profissional e administrativo, e a admissão de 34 funcionários. A AR passou a contar com 381 efectivos cuja distribuição por grupos profissionais é apresentada no gráfico V:

GRÁFICO V
EVOLUÇÃO DO QUADRO DE EFECTIVOS



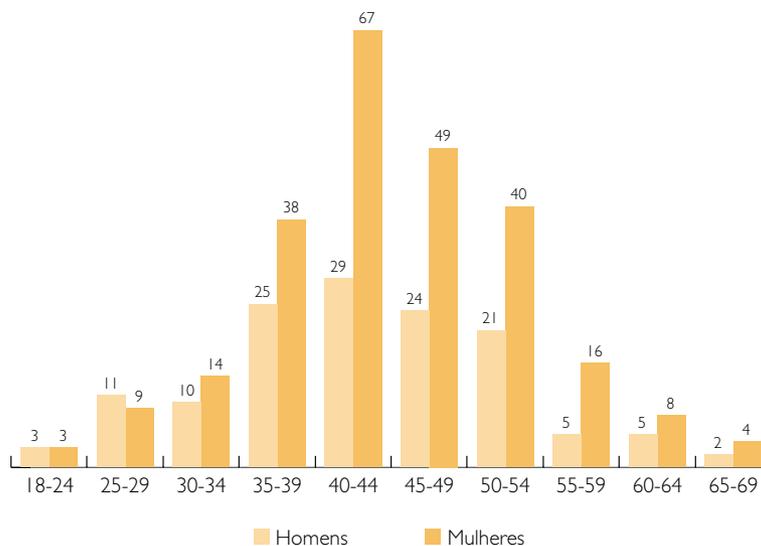
As mulheres representam 64,6% do total dos efectivos, o que, relativamente ao ano anterior, se traduz num ligeiro decréscimo da sua representatividade. A sua distribuição pelos vários grupos profissionais está representada no Gráfico VI.

GRÁFICO VI
EFECTIVOS POR GRUPOS PROFISSIONAIS



A distribuição dos efectivos por escalões etários consta do gráfico seguinte, sendo que a idade média dos efectivos se situa nos 43,8 anos.

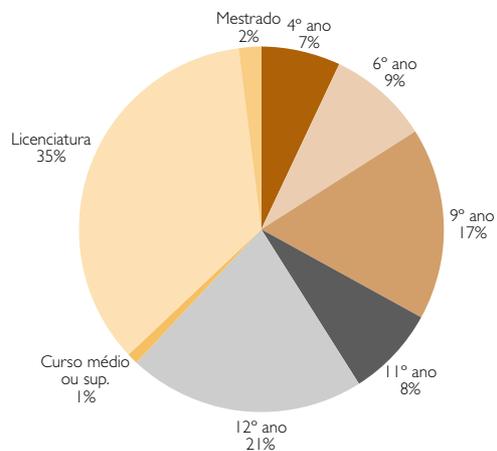
GRÁFICO VII
EFFECTIVOS POR ESCALÕES ETÁRIOS



42

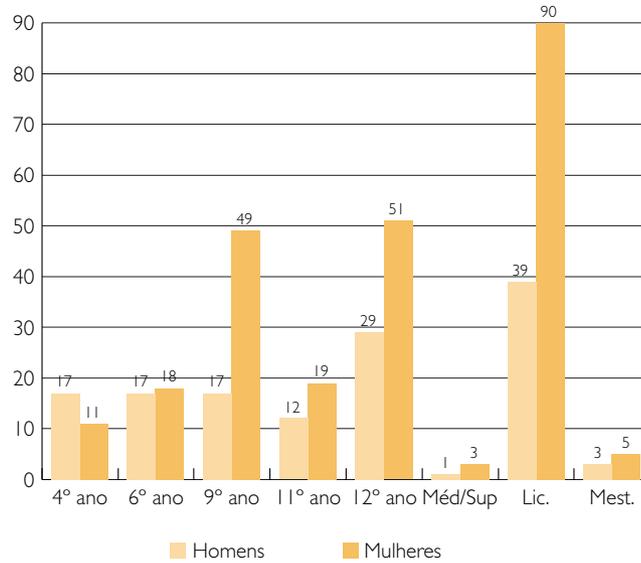
A distribuição dos efectivos por nível habilitacional encontra-se representada no gráfico que se segue:

GRÁFICO VIII
EFFECTIVOS POR NÍVEL HABILITACIONAL



Da conjugação dos parâmetros relativos a nível habilitacional e sexo resulta a seguinte distribuição:

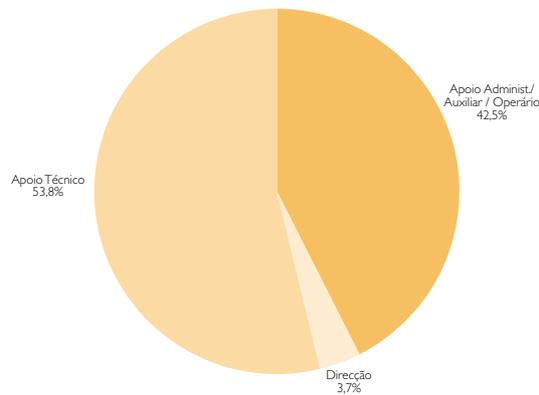
GRÁFICO IX
NÍVEL HABILITACIONAL POR SEXO



43

Os 381 efectivos da AR encontravam-se afectos às áreas de direcção, apoio técnico, apoio administrativo e outras, nas seguintes percentagens:

GRÁFICO X
EFFECTIVOS POR GRANDES ÁREAS DE ACTIVIDADE



Em função das alterações verificadas na composição dos recursos humanos, durante o ano de 2001, o índice de tecnicidade, em 31 de Dezembro, considerando os técnicos superiores, técnicos e adjuntos, registou um aumento, relativamente ao ano anterior, fixando-se em 53,8%.

Em matéria de formação profissional, enquanto factor do desenvolvimento das competências, aptidões e capacidades práticas dos funcionários parlamentares, indispensáveis a um qualificado exercício de funções, promoveu-se um plano de formação estruturado com base nas necessidades expressas pelos Serviços.

—44

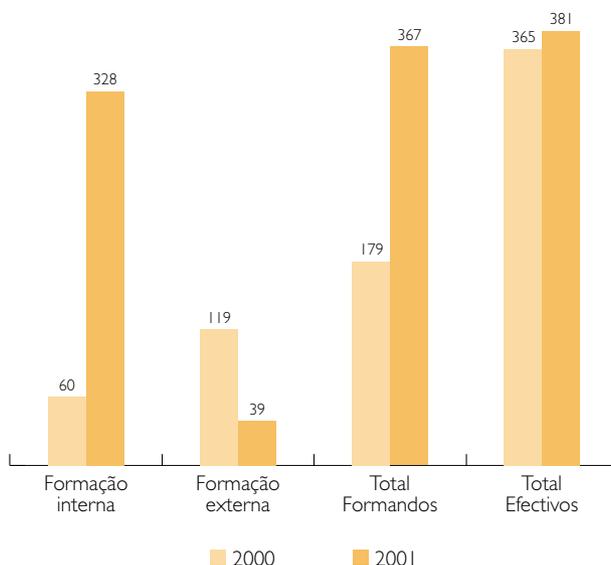
Realizaram-se 33 acções de formação interna em que participaram 328 funcionários parlamentares, destacando-se as realizadas nas áreas de arquivo, atitudes comportamentais, informática, redacção e secretariado, com a participação de formadores da AR e provenientes de entidades e empresas especializadas em formação e consultadoria.

Procedeu-se, ainda, à implementação de um processo de formação contínua em línguas estrangeiras: inglês e francês.

No âmbito da formação externa, 39 funcionários participaram em 13 acções promovidas por instituições e empresas do sector privado, com especial relevo para as áreas de assuntos europeus e jurídicos, gestão financeira e de sistemas de informação, informática, museologia e arquitectura.

O conjunto das acções desenvolvidas correspondeu a 11.000 horas.

GRÁFICO XI
EVOLUÇÃO DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL





ACTIVIDADE EDITORIAL

A Actividade Editorial, durante o ano 2001, centrou-se especialmente nas seguintes vertentes:

- Continuação da política editorial anteriormente definida, através de edições próprias, co-edições e patrocínios e da produção de peças;
- Consolidação do funcionamento da Livraria Parlamentar e do contrato de distribuição com a Distribuidora Bertrand;
- Site Internet;
- Novas actividades, como a participação na Feira do Livro;
- Organização de exposições;
- Apoio a conferências e outros eventos.

A Assembleia da República editou 17 novas obras, a saber:

- *Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia;*
- *Catálogo Exposição 25 Anos Constituinte – Imprensa Escrita;*
- *VI Parlamento das Crianças e dos Jovens 2000;*
- *Memória da VI Legislatura;*
- *Discussão Pública no Processo Legislativo;*
- *Relatório da Visita a Timor Leste de 22 de Fevereiro a 8 de Março 2001;*
- *Report Visit to East Timor – February/March 2001;*
- *Rapport Timor Oriental février/mars 2001;*
- *Sessão Solene de Homenagem a Sá Carneiro e Amaro da Costa;*
- *Tratado de Nice – Revisão dos Tratados Europeus - Apresentação Comparada;*
- *As comemorações dos 500 Anos do Achamento do Brasil na Assembleia da República;*
- *Famílias e Maus Tratos às Crianças em Portugal;*
- *Relatório de Gerência 2000;*
- *Sessão Solene da Posse do Presidente da República;*
- *Catálogo das Peças da Assembleia da República;*
- *Sessão Solene do Dia Nacional dos Direitos Humanos;*
- *Agenda de Secretária 2002.*

Prosseguiu-se com o apoio a obras de reconhecido interesse para a Assembleia da República, tendo patrocinado as seguintes obras:

- *Oposições Parlamentares;*
- *José Aurélio – Gestos e Sinais;*
- *Uma Política de Língua para o Português;*
- *A Reforma do Estado em Portugal;*
- *Os Parlamentos Nacionais e a legitimidade da construção europeia;*
- *25 anos da Constituição da República Portuguesa 1976 – AAFDL.*

47

Através da parceria com as Edições Afrontamento, para a edição da Coleção Parlamento, foi publicada a obra *As Finanças Públicas no Parlamento Português*.

Foi estabelecida outra parceria com o Instituto de Inovação Educacional do Ministério da Educação, que permitiu realizar a edição da obra *A Constituição da República Portuguesa trocada por (para) miúdos*, de assinalável sucesso e forte componente de educação cívica.

No domínio editorial em CD-ROM, iniciado em 2000, deu-se continuidade em 2001 com a obra *A Constituição de 1976 – Debates – Imagens – Sons*, que aproveitou o projecto de digitalização de todos os Diários do Parlamento para compilar os debates da Assembleia Constituinte, fornecendo ainda outros suportes como fotografias e imagens vídeo da época.

Iniciou-se também o projecto relativo à “Visita Virtual do Palácio de S. Bento”, que será editado em CD-ROM e na Internet, com uma tecnologia ainda pouco usada em Portugal, mas frequente nos principais museus da Europa, que recorre a fotografias em 360º.

A produção de peças para oferta ou para venda na Livraria Parlamentar foi prosseguida em 2001 com o objectivo de dotar o *stock* com peças de valor mais reduzido, de modo a que a imagem do Parlamento pudesse ser também adquirida em objectos diversos de baixo custo como porta-chaves, blocos e outros.

Por outro lado, na aquisição de peças em porcelana ou outros materiais procurou-se, além de continuar colecções anteriores, aumentar a qualidade, como é evidente nas chávenas de café encomendadas à Vista Alegre que foram presente de Natal para os Senhores Deputados.

Finalmente, fizeram-se reedições de diversas peças, por se terem esgotado e continuarem a ser procuradas, para oferta ou venda.

Relativamente à Livraria Parlamentar, que foi aberta ao público a 27 de Setembro de 2000, houve a preocupação de a dar a conhecer ao público em geral, através da dinamização do lançamento de obras, editadas ou não pela AR, nesse espaço, e através da sua presença na Feira do Livro de Lisboa. Foi pois um ano de divulgação, que teve já bons resultados junto

do público mais interessado nas matérias parlamentares e que se pretende ver sucessivamente alargado.

Assim, procedeu-se ao lançamento das seguintes obras no espaço da Livraria:

- *La force des femmes* (Associação Mulheres da Europa Meridional);
- *Saúde Sexual e Reprodutiva*;
- *A Constituição da República Portuguesa trocada por (para) miúdos*;
- *Discussão Pública no Processo Legislativo*;
- *Os Parlamentos Nacionais e a legitimidade da construção europeia*;
- *Famílias e Maus Tratos às Crianças em Portugal – Relatório Final*.

—48

Importa destacar que a participação na Feira do Livro de Lisboa teve particular significado para a Assembleia da República. Efectivamente, mais do que as receitas geradas, releva a importância de mostrar ao grande público o extenso trabalho editorial da AR nos últimos anos.

De facto, para a imagem da Assembleia da República, o *stand* na Feira do Livro de Lisboa mostrou também uma instituição preocupada em divulgar a sua actividade corrente e também a história do parlamentarismo, tendo merecido elogios e também críticas que foram acolhidas com o objectivo de termos uma actividade editorial que vá ao encontro dos interesses dos portugueses.

O *site* Internet da Assembleia da República é outra forma de edição a que se tem vindo a dar a maior atenção, sendo evidentes os progressos na apresentação da página e na disponibilização da informação parlamentar.

Por outro lado, deve realçar-se o crescimento do número de utilizadores da página, que passou de cerca de 19.000/mês em 2000 para 25.000/mês em 2001.

Refira-se ainda que passou a disponibilizar-se, na página Internet, o trabalho desenvolvido no projecto com a Universidade de Aveiro de digitalização dos Diários da Assembleia da República, apresentado no *site* sob a forma de “Debates Parlamentares”, o que aumentou fortemente o volume de informação disponibilizada, possibilitando agora a todos os utilizadores o conhecimento dos Debates Parlamentares dos últimos 25 anos, com módulos de pesquisa e fornecimento de texto e imagem.

Outra área de intervenção enquadrada no âmbito da política editorial, a qual, iniciou a sua actividade já em 1998 e que se intensificou em 2001 foi a do apoio a exposições.

A Assembleia da República promoveu ou apoiou, durante o ano de 2001, as seguintes exposições:

- Passos Manuel – no ano de comemoração dos 200 anos do nascimento deste ex-Deputado, a AR apoiou uma exposição preparada pelos alunos da Escola Secundária Passos

Manuel, próxima do Palácio de S. Bento. Esse apoio traduziu-se na aplicação dos trabalhos dos alunos em painéis PVC, que foram colocados em painéis expositivos emprestados pela Assembleia. Produziu-se ainda um desdobrável para a exposição e ainda se ofereceu uma réplica do painel de Columbano existente nos Passos Perdidos e que reproduz Passos Manuel com outros Deputados ilustres como Almeida Garrett e José Estêvão;

- 25 anos da Constituinte – concluiu-se o ciclo de exposições sobre este tema com a exposição “Imprensa Escrita”, que continha primeiras páginas de jornais da época. A exposição foi inaugurada a 25 de Abril, altura em que foi lançado também o respectivo catálogo;
- Visto para a Vida – exposição proposta à Assembleia da República pela Embaixada de Israel. Os materiais fornecidos pela Embaixada acabaram por ser montados pela Divisão, que também organizou toda a cerimónia de inauguração.

49

Um momento relevante da actividade editorial, que culminou com edições diversas, foi o dia 25 de Abril de 2001, momento em que se concluíram as comemorações dos 25 anos dos trabalhos da Assembleia Constituinte e da entrada em vigor da Constituição.

Para essa altura a Assembleia da República apresentou as seguintes edições, sob as mais diversas formas:

- Inauguração da exposição “Imprensa Escrita”;
- Lançamento do catálogo da exposição;
- Lançamento do CD-ROM “A Constituição de 1976”;
- Lançamento da medalha comemorativa da Assembleia Constituinte;
- Lançamento do selo evocativo da mesma época.



COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR

O desenvolvimento da cooperação interparlamentar, designadamente com os Países de Língua Portuguesa, constitui um objectivo permanente da Assembleia da República e incide fundamentalmente nos seguintes domínios:

- Assistência técnica aos Serviços dos diferentes Parlamentos;
- Acções de formação na Assembleia da República e nos diferentes Parlamentos;
- Estágios de funcionários desses Parlamentos nos Serviços da Assembleia da República;
- Disponibilização de equipamentos e meios tecnológicos.

Concretamente, em 2001, a cooperação parlamentar teve, em cada um dos Países, a seguinte expressão:

- Angola – Aprovação do 3º Programa com o Parlamento angolano. Realização de 3 Missões de Assistência Técnica nas áreas de Apoio e Secretariado e Administrativa e Financeira, assim como um seminário sobre Relações Públicas e Protocolo, que teve lugar em Luanda. Foi dado apoio à realização de um Seminário sobre Feitura de Leis e Funcionamento do Parlamento, organizado pela Assembleia Nacional de Angola para todos os Deputados, através da deslocação de três especialistas portugueses, com encargos para a AR;
- A Assembleia da República patrocinou a uma chefia da Assembleia Nacional de Angola uma pós-graduação em Ciências Jurídico-Administrativas, na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Foram ainda proporcionadas acções de formação a um técnico angolano que frequentou dois cursos na área de informática numa empresa da especialidade;
- Cabo Verde – Realização de uma Missão Pluridisciplinar de Diagnóstico chefiada pela Secretária-Geral da Assembleia da República que originou a assinatura de um Programa de Cooperação para o triénio 2001/2003, na sequência do qual foram concretizadas duas acções de formação nas áreas Administrativa e Financeira e Redacção e uma Missão de Assistência Técnica na Biblioteca do Parlamento Caboverdiano;
- Moçambique – Assinatura do Programa de Cooperação para 2001/2003, por ocasião da visita do Secretário-Geral do Parlamento moçambicano a Lisboa. Foram ainda realizadas

por delegações parlamentares moçambicanas duas visitas de trabalho ao Parlamento português: a primeira, em conjugação com o projecto AWEPA – European Parliamentarians for Africa –, que integrava os líderes das duas bancadas parlamentares moçambicanas, tendo realizado reuniões de trabalho com todos os grupos parlamentares representados na AR, com a Comissão de Negócios Estrangeiros, Comunidades Portuguesas e Cooperação e com a Associação Nacional de Municípios Portugueses; e a segunda da Comissão do Plano e Orçamento, composta por 5 Deputados. Teve igualmente lugar uma Missão de Assistência Técnica na área da Redacção e Apoio Audiovisual;

- São Tomé e Príncipe – No âmbito do Programa de Cooperação Parlamentar Luso-Santomense 2000-2003 (Projecto II), foram celebrados entre os Secretários-Gerais dois contratos de prestação de serviços a favor de dois Técnicos Residentes para a área da Direcção de Serviços de Apoio e Secretariado, tendo estes beneficiado de uma acção de formação nesta mesma área. Deslocou-se ainda a Portugal uma delegação do Conselho de Administração Santomense, para uma visita de estudo junto do órgão homólogo da AR;
- Quanto ao Projecto I (Informática) do Programa de Cooperação manteve-se o apoio à manutenção do sistema informático através de uma empresa sediada em São Tomé;
- Timor Leste – Realizaram-se várias Missões de Assistência Técnica ao Conselho Nacional, para assessoria em diferentes áreas, compostas por um total de sete técnicos da AR, as quais foram prolongadas de modo a abranger os trabalhos da Assembleia Constituinte. Estas missões, de duração variável (de um a dez meses) ocorreram durante todo o ano.

Para além desta cooperação, importa também registar a que ocorreu com Parlamentos de outros Países.

Assim, no âmbito do programa TAIEX – Technical Assistance Information Exchange Office, estagiaram na AR quatro funcionários dos Parlamentos da Polónia, Eslovénia, Roménia e República Checa.

Ainda em colaboração com o Instituto Internacional da Democracia, teve lugar uma visita de trabalho dos Secretários-Gerais da Assembleia Parlamentar da Bósnia-Herzegovina e da Assembleia Federal da Jugoslávia. Durante essa visita realizaram-se reuniões de trabalho com a Secretária-Geral e com os Serviços da AR.

Finalmente, integrada no Projecto de Apoio Parlamentar da OSCE ao Parlamento da Bósnia-Herzegovina, deslocou-se a Sarajevo uma Missão da AR, enquadrada no respectivo Grupo Consultivo Permanente.

O Quadro XI apresenta a repartição da despesa em cooperação pelas suas principais componentes e por País:

QUADRO XI
COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR POR PAÍSES

	Assistência Técnica	Assistência Material	Assistência Financeira	Formação	Total
Angola	16 629	4 522		2 462	23 613
Cabo Verde	5 118	2 216	23	947	8 305
Guiné-Bissau	707		5 717		6 424
Moçambique	2 989		3 954		6 946
São Tomé e Príncipe	6 638	4 034	8 645	4 639	23 956
Timor	71 093	1 505	154		72 751
Total	103 175	12 277	18 492	8 048	141 992

unid.: 10³PTE



FINANCIAMIENTO DE ENTIDADES AUTÓNOMAS

Em termos globais, e tal como revela o Quadro XII, o financiamento das entidades autónomas excedeu os valores de 2000 em 10,4%.

QUADRO XII
EVOLUÇÃO DO FINANCIAMENTO DAS ENTIDADES AUTÓNOMAS

	2000	2001	Var. %
Alta Autoridade para a Comunicação Social	342 258	376 965	10,1%
Comissão Nacional de Eleições	192 840	207 200	7,4%
Provedoria de Justiça	818 000	877 760	7,3%
Comissão Nacional de Protecção de Dados	156 796	195 878	24,9%
Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos	107 585	117 240	9,0%
Grupo Desportivo Parlamentar		2 500	
Outras Entidades Públicas ou Privadas		8 695	
Total	1 617 479	1 786 238	10,4%

unid.: 10³PTE

O comportamento orçamental destas entidades tende, naturalmente, a reflectir a sua dinâmica na prossecução das atribuições e competências que legalmente lhes estão estabelecidas.

Nas "Outras Entidades públicas ou privadas" inclui-se a verba de 5 10⁶PTE, para atribuição do "Prémio Direitos Humanos 2001" instituído pela Resolução da AR n.º 69/98, de 10 de Dezembro, que em 2001 foi entregue à "Associação SOL" pelo importante trabalho desenvolvido no âmbito do apoio a crianças portadoras do vírus HIV. A apreciação das candidaturas ao Prémio coube ao júri constituído no âmbito da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, presidido pelo Senhor Deputado Jorge Lacão.

Incluem-se também as verbas atribuídas por Sua Excelência o Presidente da AR às seguintes instituições/entidades:

- Associação do Prémio Nacional de Literatura Juvenil Ferreira de Castro: XXV edição do prémio (200 10³PTE);
- Associação de Municípios do Distrito de Setúbal (340 10³PTE);
- Fundação "O Século" (1.155 10³PTE).



INVESTIMENTOS

Os investimentos da AR para 2001 foram o domínio mais atingido pelos constrangimentos do OE, o que também contribuiu para o diferencial de 110^oPTE das verbas previstas para 2001 em relação às de 2000 (Quadro I).

Mas, em 2001, a determinação neste domínio fica evidenciada no facto de os encargos assumidos com a realização dos projectos de investimento apenas ter reduzido 10,5%, conforme denota o Quadro XIII.

QUADRO XIII
EVOLUÇÃO DAS DESPESAS REALIZADAS DE INVESTIMENTO

	2000	2001	Var. %
Edifícios	548 313	228 636	-58,3%
Material de Transporte	47 000	100 638	114,1%
Equipamento e Aplic. Informáticas	463 329	177 220	-61,8%
Maquinaria e Equipamento	334 265	679 741	103,4%
Outros Investimentos	132 336	179 521	35,7%
Total	1 525 244	1 365 756	-10,5%

unid.: 10^oPTE

Importará referir que foi decidido suspender a realização em 2001 de diversos projectos e reprogramá-los para data posterior. De entre esses projectos, já anteriormente aludidos, destacam-se os seguintes:

- Limpeza parcial da fachada do Palácio;
- Instalação do Ginásio;
- Insonorização do edifício D. Carlos;
- Beneficiações na "Casa Amarela";
- Desenvolvimento da nova aplicação SIBAR;
- Integração de zonas de lixo;
- Obras no Museu.

EQUIPAMENTOS e APLICAÇÕES INFORMÁTICAS

No ano de 2001 foi concluído o desenvolvimento da aplicação PLC (já atrás referida a propósito dos sistemas de informação) sobre o Processo Legislativo e a Actividade Parlamentar e foi efectuada a migração de todos os dados existentes nas bases de dados residentes em “Documenta” para o novo sistema, tendo sido ministradas acções de formação aos utilizadores dos serviços intervenientes no registo dos dados do PLC.

—58

Deu-se início ao desenvolvimento de um novo projecto visando modernizar a Intranet da AR, designado ARNET, estando concluída a 1ª fase do projecto.

O sistema estará disponível aos utilizadores logo que decorridas as acções de formação a realizar já no 1º trimestre de 2002.

O *software* utilizado permite ainda normalizar e estruturar os documentos produzidos nos Serviços, encontrando-se esta funcionalidade numa fase de testes.

Foi adquirida uma aplicação informática, a “Matriz” – Inventário e Gestão de Colecções Museológicas, para a inventariação das peças existentes no Museu da Assembleia da República. Para comportar, quer o programa e licença de servidor, quer a informação do inventário, adquiriu-se um servidor com o sistema operativo Windows 2000. Foram também adquiridas quatro licenças “Matriz cliente” para instalar em quatro postos de trabalho (*desktops* com Windows 2000).

As aplicações “RH+” e “Gestor” beneficiaram de uma actualização do *software* de desenvolvimento, 4D, que inclui novas funcionalidades e a adaptação ao euro.

Ainda no quadro da renovação tecnológica da Assembleia da República, visando optimizar as condições informáticas, quer dos Grupos Parlamentares, quer dos Serviços, procedeu-se a aquisições e/ou substituições nas áreas da Rede de Comunicação de Dados, Servidores e Microinformática.

Assim, relativamente a Servidores e Rede de Comunicação de Dados promoveu-se à aquisição de:

- Um novo servidor de Internet (correio, acesso e páginas do *site* da AR);
- Um servidor Windows 2000 para a aplicação “Matriz” (Museu), já referido;
- Seis cofres de segurança para material informático, salvaguardas de dados de servidores e computadores com informação crítica para a AR ou de outro *software* (*tapes*, CD-ROM’s e disquetes);
- Um servidor DELL para suporte ao sistema Intranet e *software* Share Point;
- Um sistema em *rack* com uma solução em *cluster* para suporte a Exchange 2000 e dois servidores para os serviços de directoria, dns e dhcp.

Na área de Microinformática, concluiu-se a 2ª fase de substituição de todos os computadores IBM e Tulip, 37 IBM e 450 Tulip. Durante o ano de 2001 foram adquiridos e instalados:

- 190 *desktops*;
- 69 portáteis;
- 8 impressoras de Gabinete (s/ rede);
- 1 impressora de jacto de tinta a cores;
- 7 impressoras *laser* preto/branco;
- 2 " " *laser* a cores;
- 15 *scanners*.

59

Renovaram-se ou foram estabelecidos contratos de licenciamento de todos os produtos utilizados pela Assembleia da República:

- Select Enterprise – Microsoft;
- McAfee – Antivírus (novo);
- Produtos Oracle;
- Matriz (novo);
- Share Point Portal Server (novo),

bem como contratos de manutenção e suporte técnico, de *hardware* e *software* já existente ou adquirido durante o ano de 2001 para aplicações, Microinformática (*hardware* e *software*), Rede de Comunicação de Dados (*hardware* e *software*) e Servidores (*hardware* e *software*).

PATRIMÓNIO e OUTROS EQUIPAMENTOS

Dentro de um objectivo que se tem mantido constante relativamente à requalificação e conservação do património, foram desenvolvidos em 2001 vários projectos, sendo de notar que tais investimentos têm reflexos na melhoria das condições de trabalho.

No tocante a intervenções de **requalificação**, importa destacar:

- Criação de instalações para a Agência de Viagens, com a qual passarão a ser contratadas directamente pela Assembleia da República as viagens e os alojamentos respeitantes a todas as deslocações oficiais, assim se alterando completamente o regime que vinha sendo seguido;
- Remodelação de área do piso intermédio do Palácio de S. Bento, anteriormente ocupada pela DRAA, e agora destinado às *Regies* do Canal Parlamento, tornando os espaços funcionais à nova ocupação;

- Construção de instalações destinadas ao serviço de limpeza no piso superior à cafeteria dos funcionários no Palácio de S. Bento, que inclui instalações sanitárias, duches, vestiário, espaço para arrumos, etc.;
- Aproveitamento de vão da escada no r/c junto à estrada do Parque Interior, para zona de arrumos de material da DAPAT utilizado nas cerimónias realizadas no Palácio de S. Bento;
- Remodelação geral das instalações do Centro de Informática no Palácio de S. Bento, contemplando, para além de beneficiações de todas as áreas, substituição do sistema de ar condicionado e criação de mais 3 gabinetes de trabalho.

60

Relativamente a obras de **conservação e beneficiação** foram executados projectos de:

- Beneficiação geral das instalações afectas ao Gabinete do Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares, que incluiu substituição dos aparelhos de ar condicionado, melhoramento das instalações sanitárias, substituição do quadro eléctrico que serve aquela ala do piso, reparação das janelas, pintura de diversos Gabinetes;
- Continuação do restauro de caixilharias exteriores do Palácio de S. Bento, tendo sido concretizadas mais 90;
- Intervenção na abóbada dos Passos Perdidos, que incluiu a pintura da estrutura metálica da abóbada, substituição dos vidros coloridos, beneficiação das paredes superiores e construção de novos passadiços de ferro e chapa de metal para maior segurança nos acessos e circulação;
- Beneficiação da entrada lateral da Sala do Plenário, no corredor de acesso à *Regie* e Tribuna dos Convidados, incluindo obras de reparação nas portas, paredes e pavimento;
- Beneficiação dos motores, substituição dos quadros eléctricos e melhoramento das cabines dos elevadores de lagartas no Palácio de S. Bento e beneficiação e melhoria das condições de segurança naquela área;
- Beneficiação da parede da área do corredor do PAR, no Andar Nobre do Palácio, no seguimento do projecto de dignificação dos corredores circundantes dos Claustros;
- Substituição da impermeabilização e do pavimento do terraço do Edifício D. Carlos, realizada na sequência da constatação de existência de infiltrações no 7º piso do referido edifício;
- Reparação e impermeabilização da clarabóia da “Casa Amarela” por forma a evitar a degradação desse espaço e bem assim do anfiteatro que lhe é contíguo;
- Beneficiação das salas do 1º andar da “Casa Amarela” – salas utilizadas pela Assembleia da República –, cuja intervenção se revelou necessária após renovação do respectivo sistema de climatização;

- Substituição de pavimento na sala 5069 do Palácio de S. Bento (GP/PSD);
- Tratamento de lambrim do *hall* da Biblioteca no Andar Nobre, incluindo aplicação de produto insecticida e fungicida para madeiras;
- Impermeabilização e eliminação de infiltrações em depósito do Arquivo Histórico Parlamentar;
- Reparação da empena da Sala do Senado, assim se evitando a danificação do espaço interior recentemente beneficiado;
- Beneficiação do armazém da Divisão de Edições com a criação de um piso intermédio e instalação de estantes rolantes;
- Pinturas e reparações de manutenção em vários locais.

No domínio dos **equipamentos**, o investimento realizado distribuiu-se por diversos níveis.

Ao nível dos sistemas de climatização e ventilação há que salientar a aquisição e instalação de equipamento de ar condicionado tipo "Close Control" para a sala técnica das *Regies*, tendo em conta as especiais condições de temperatura e de humidade que se torna necessário assegurar, e ainda a substituição do sistema de ar condicionado na sala de informática do GP do PSD, no Palácio de S. Bento.

Ainda no Palácio de S. Bento, tornou-se imperioso o deslastre dos equipamentos AVAC dos quadros eléctricos. Deste modo, sempre que ocorre um corte de corrente, os sistemas de ar condicionado desligam-se, por forma a que a energia do Grupo de Emergência seja canalizada para os restantes equipamentos (iluminação, tomadas, etc.).

No domínio dos **equipamentos de audiovisual** foi vasto o esforço de modernização realizado, havendo que salientar, em primeiro lugar, o fornecimento e instalação de equipamento de televisão digital, no âmbito do projecto de reconversão tecnológica e de alargamento do sistema de televisão da AR.

Do plano de investimentos foram executados um conjunto de projectos, designadamente na área dos audiovisuais que serão uma importante mais-valia, já que a AR passou a dispor de equipamentos tecnologicamente avançados que possibilitam melhores condições para o exercício da actividade parlamentar e uma infra-estrutura de comunicação e informação de grande utilidade na divulgação da actividade da Assembleia da República.

Na área da televisão:

- Concluiu-se o projecto de instalação do equipamento de televisão digital, após concurso público internacional, que permitirá emitir, em directo e/ou em diferido, através do Canal

Parlamento, as Sessões Plenárias, reuniões de Comissões Parlamentares e de eventos que ocorram na Sala do Senado;

- Procedeu-se à interligação da zona dos Passos Perdidos (Sala da República) aos gabinetes/estúdio dos operadores de televisão (RTP, SIC e TVI), bem como às novas instalações do sistema de televisão da AR;
- Procedeu-se também à aquisição de equipamento móvel de televisão, de modo a possibilitar a captação de imagens fora dos espaços anteriormente referidos.

62

Na área do audio:

- Automatizou-se o controlo de som e de distribuição do mesmo na Sala do Senado;
- Equipou-se a sala destinada a conferências de imprensa situada nas instalações da comunicação social;
- Dotaram-se as cabines de interpretação simultânea da Sala do Senado de equipamento para recepção do sinal de audio e de televisão da Sala das Sessões plenárias;
- Procedeu-se à instalação dos painéis para visualização dos resultados das votações feitas através do sistema de votação electrónica, assim como do sistema de controlo dos tempos de intervenção, com novo *software* dedicado;
- Procedeu-se ainda ao reforço do número de microfones dos sistemas de audio existentes nas salas das Comissões Parlamentares e Sala D. Maria;
- Instalou-se o equipamento indispensável à ligação do Canal SIC Notícias na rede do circuito interno.

Iniciaram-se os estudos para um novo sistema de iluminação da Sala das Sessões.

O referido esforço de modernização incluiu ainda investimentos, tais como aquisição de equipamento destinado à automatização do controlo de som e distribuição de sinal da Sala do Senado; instalação de circuitos de distribuição de som para as novas instalações da Comunicação Social; criação de caminhos de cabos entre a Sala das Sessões, instalações da Comunicação Social e salas de reuniões de Comissões e *Regies*; fornecimento e montagem de equipamento para interligação dos Passos Perdidos aos gabinetes dos operadores de televisão; aquisição de equipamento móvel de televisão; aquisição de equipamento de som para a sala das novas instalações da Comunicação Social destinada a conferências de imprensa; aquisição de microfones para reforço dos existentes nas salas de reuniões das Comissões e sala D. Maria. Foram ainda adquiridos outros aparelhos de apoio audiovisual justificados pela melhoria na eficácia da publicitação dos trabalhos da Assembleia.

Os sistemas de som e de televisão do bar e restaurante dos Deputados foram substituídos, e o de ar condicionado melhorado.

Em relação a **equipamentos de segurança** foram adquiridos extintores para reforço de áreas do Palácio e Edifício D. Carlos, como a instalação de uma câmara CCTV para este Edifício.

Foram ainda instaladas linhas directas de detecção de incêndio ao Regimento de Sapadores Bombeiros.

63

Relativamente a **mobiliário**, foram adquiridos ou mandados executar móveis para apear, entre outras, as seguintes áreas:

- Palácio de S. Bento – o Gabinete dos Vice-Presidentes da Assembleia da República, do PCP e do CDS-PP; mobiliário complementar para as novas salas das Comissões Parlamentares, várias salas dos Grupo Parlamentares, a sala do Primeiro Ministro, a Agência de Viagens e as instalações da Comunicação Social;
- Novo Edifício – armários para os corredores dos 4 pisos de gabinetes, assim se aumentando o espaço de arquivo, e para várias salas de reuniões dos Grupos Parlamentares;
- Edifício D. Carlos I – para a sala de formação e zona de arquivos de processos individuais da DRHA.

Foram também adquiridos arquivos rolantes destinados à Divisão de Edições e ao Arquivo Histórico Parlamentar.

Tendo ainda em conta a função dos Serviços na área da valorização do **património cultural e artístico** da AR, foram efectuados trabalhos de restauro nos espaços a seguir identificados:

Sala do Senado:

Pintura

- tecto em “trompe l’oeil” e paredes em escaiola;

Escultura

- dossel, em madeira de cedro, que suporta duas figuras alegóricas da Realeza e da Justiça, executado por Leandro Braga segundo desenho de A. Calmels;
- relógio, em madeira de cedro e esmalte, com duas figuras simbólicas da Vigilância e Sabedoria (galo e mocho), executado por Leandro Braga segundo desenho de Calmels.

Mobiliário

- mesa da presidência e respectiva tribuna;

Sala das Sessões:

Escultura

- grupos escultóricos, em mármore, com figuras femininas que representam a Lei e a Justiça e que decoram as tribunas, de autoria de Teixeira Lopes e Moreira Rato;

Sala dos Passos Perdidos:

Pintura

—64

- tecto: pinturas a óleo sobre tela e sobre estuque, representando a Independência, a Soberania, a Pátria, a Lei, a Justiça e a Sapiência, da autoria de João Vaz e Benvido Ceia;
- retrato a óleo, sobre tela, do Dr. Manuel de Arriaga, 1º Presidente da República (antecâmara da Comunicação Social);

Recepção:

- 3 painéis de azulejos do séc. XVIII (a colocar brevemente).

Foram ainda realizados restauros em diverso mobiliário, lustres e azulejos.

No domínio do **parque automóvel**, procedeu-se à renovação da frota, tendo sido adquiridas 4 viaturas Mercedes E 320 Elegance que foram afectas aos Senhores Vice-Presidentes da AR, e 5 Mercedes C 220 CDI afectos ao serviço do Presidente do Conselho de Administração, do Gabinete do PAR, da Secretária-Geral e dos Secretários da Mesa.



EXECUÇÃO FINANCEIRA

DAS DESPESAS

A execução financeira de 2001, mensurada com os mesmos pressupostos que a execução orçamental, situou-se nos 95,4%. O diferencial entre os graus de realização, orçamental e financeiro, traduzem o conjunto das despesas autorizadas em 2001, a pagar na gerência seguinte, cujo valor total ascende a 229 10⁶PTE.

A razão para não ter sido possível pagar estas despesas deveu-se especialmente:

- a) ao significativo encurtamento do período complementar, restringido até à data de 7 de Janeiro;
- b) à realização de obras com cronograma plurianual.

Entre os processos de despesa que transitaram para o exercício económico seguinte encontram-se:

- a) a digitalização dos Diários da AR pela Universidade de Aveiro (22,8 10⁶PTE);
- b) a instalação de rede eléctrica na Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe (6 10⁶PTE) e a aquisição de diversos equipamentos informáticos para a cooperação (5 10⁶PTE);
- c) diversas obras de beneficiação a decorrer no Palácio (42 10⁶PTE);
- d) a produção dos filmes: "Perfil dos antigos PAR", "História do Parlamento", "Património Histórico da AR" e "Como funciona a AR" (39 10⁶PTE).

DAS RECEITAS

Em 2001 conseguiu-se um incremento das receitas próprias de quase 20% sem sustentação nos proveitos financeiros, cujo comportamento teve uma tendência contrária à das restantes componentes.

QUADRO XIV
EVOLUÇÃO DAS RECEITAS COBRADAS

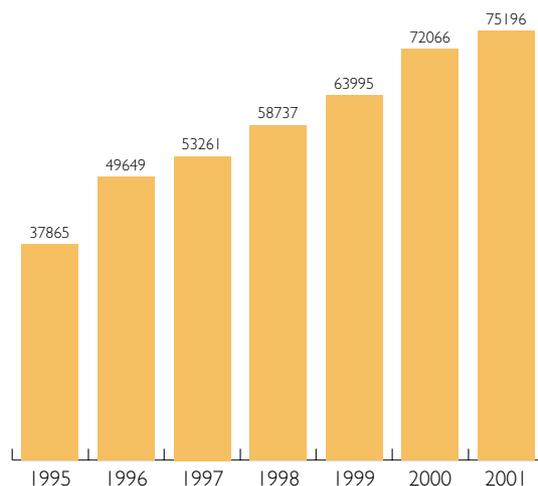
	2000	2001	Var. %
Juros	73 558	70 811	-3,7%
Guias de Reposição não Abatidas	22 500	31 996	42,2%
Venda de Senhas de Refeição	43 554	49 111	12,8%
Publicações, Impressos e Artigos Diversos	7 079	10 074	42,3%
Outras Receitas	10 161	25 388	149,9%
Receitas Próprias	156 851	187 380	19,5%
Transferências do OE	13 960 000	12 936 204	-7,3%
Total	14 116 851	13 123 584	-7,0%

unid: 10³PTE

A Livraria Parlamentar teve um conjunto de vendas assinalável, mesmo considerando a sua inserção numa zona de pouca visibilidade para o público em geral que visita a Assembleia da República.

Também com a venda das senhas de refeição foi possível manter um elevado crescimento da receita, de 12,8%, registando-se um número de utentes do refeitório da AR, de 75.196 quando em 2000 totalizou apenas 72.066.

GRÁFICO XII
EVOLUÇÃO DO N.º DE UTENTES NO REFEITÓRIO DA AR



Foram também factores geradores de receitas próprias a venda de viaturas e computadores usados, a cobrança de rendas à TELECEL, à OPTIMUS e à TMN pela utilização dos espaços da Assembleia da República por equipamentos de telecomunicações, o arrendamento do espaço utilizado pela Tabacaria e a um financiamento comunitário de 1.109 10³PTE.

Os rendimentos gerados pelas aplicações financeiras registaram uma quebra de 3,7% em consequência da redução significativa dos excedentes de tesouraria, com especial expressão no último trimestre onde as taxas de juros atingiram níveis mais elevados.

68

GRÁFICO XIII
EVOLUÇÃO DAS TAXAS DE JURO



Do gráfico XIII é possível demonstrar que os leilões lançados em 2001 para aplicar os excedentes financeiros foram bem sucedidos na negociação das taxas de juros. Por outro lado, no segundo semestre, observa-se também situações, ainda que pontuais, da quebra da capacidade negocial correlacionada com a redução dos excedentes de tesouraria.

Pode-se concluir que o comportamento das receitas próprias da AR em 2001 excedeu as expectativas fixadas no domínio orçamental.

Em contrapartida, o financiamento do OE ficou aquém das previsões iniciais pelas razões já amplamente referenciadas no capítulo do "Enquadramento orçamental".

No total, o financiamento do OE foi restringido em 1.023,8 10⁶PTE, porque, para além dos 900 10⁶PTE assumidos pela AR em Julho de 2001, o Ministério das Finanças decidiu,

unilateralmente, satisfazer parcialmente a última requisição de fundos. O depósito bancário dos valores relativos a esta requisição verificou-se em 27 de Dezembro e subtraía 123,8 10⁶PTE às verbas formalmente requisitadas pela AR.

QUADRO XV
RECEITAS COBRADAS EM 2001

	OAR 2001	Receita Cobrada	GR %
Juros	60 000	70 811	118,0%
Guias de Reposição não Abatidas	8 000	31 996	399,9%
Venda de Senhas de Refeição	40 800	49 111	120,4%
Publicações, Impressos e Artigos Diversos	5 000	10 074	201,5%
Outras Receitas	17 195	25 388	147,6%
Receitas Próprias	130 995	187 380	143,0%
Transferências do OE	13 960 000	12 936 204	92,7%
Total	14 090 995	13 123 584	93,1%

unid.: 10⁶PTE

O saldo de Gerência apurado, à data de 31 de Dezembro de 2001, foi de 628 10⁶PTE, situando-se em patamares muito inferiores aos que a AR chegava a apurar, mesmo antes do ciclo de investimentos de 1996 a 2000. Refira-se que em 1995 encerrou a Gerência com valores para o Saldo de Gerência de 1.931 10⁶PTE.

Mas quase 40% do saldo de 2001 já se encontra cativo:

- A caução de garantia e de depósitos de caução de 5 10⁶PTE;
- E aos encargos assumidos em 2001 que transitarão para o ano seguinte (229 10⁶PTE).

Consequentemente, a AR termina o exercício de 2001 com uma receita própria efectivamente disponível para financiar despesas novas a autorizar no exercício económico seguinte, de apenas 394 10⁶PTE.



SÍNTESE

Para 2002 está prevista a entrada em circulação das moedas e notas do euro. A partir desta data, os documentos de prestação de contas de todas as entidades, sem qualquer excepção, passarão a expressar-se na nova unidade monetária.

Assim, no presente capítulo, faz-se constar uma síntese de elementos financeiros e orçamentais que caracterizaram a actividade da AR desenvolvida em 2001, expressos naquela unidade monetária.

Desta forma, o presente relatório estabelecerá a devida ligação com os valores a incluir nos futuros relatórios, que estará sempre suportada num sistema de informação financeira adequado e já ajustado desde a transição do **escudo** para o **euro**.

QUADRO XVI
EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DE 2001

	OAR 2001	Encargos Assumidos	
		10ªPte	GR %
Actividades Parlamentares	37 734 839	36 706 407	97,3%
Actividades de Apoio	19 210 642	18 479 657	96,2%
Actividade Editorial	2 083 843	1 881 532	90,3%
Cooperação Interparlamentar	947 716	708 253	74,7%
Financiamento de Entidades	8 401 527	8 372 013	99,6%
Despesas Correntes	68 378 568	66 147 863	96,7%
Investimento	6 945 965	6 812 362	98,1%
Financiamento de Entidades	537 764	537 704	100,0%
Despesas de Capital	7 483 729	7 350 066	98,2%
Total das Despesas	75 862 297	73 497 929	96,9%

unid.: euro

QUADRO XVII
EVOLUÇÃO DAS RECEITAS COBRADAS

	2000	2001	Var. %
Juros	366 906	353 204	-3,7%
Guias de Reposição não Abatidas	112 230	159 594	42,2%
Venda de Senhas de Refeição	217 246	244 965	12,8%
Publicações, Impressos e Artigos Diversos	35 308	50 247	42,3%
Outras Receitas	50 682	126 636	149,9%
Receitas Próprias	782 372	934 645	19,5%
Transferências do OE	69 632 186	64 525 514	-7,3%
Total	70 414 558	65 460 159	-7,0%

unid.: euro

De acordo com a Lei Orgânica da AR, no seu artigo 73º, o Relatório e a Conta são aprovados pelo Plenário e em conformidade com o disposto no n.º 4 do artigo 52º da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto, relativa à "Organização e Processo do Tribunal de Contas", procede-se à remessa da Conta de Gerência a este Tribunal para os efeitos decorrentes da lei.

SERVIÇOS DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

SECRETÁRIA-GERAL

Maria Adelina de Sá Carvalho

AUDITOR JURÍDICO

Henrique Pereira Teotónio

DIRECÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO E SECRETARIADO

Lucinda da Conceição Andrade Ferreira Almeida

DIVISÃO DE APOIO AO PLENÁRIO

Fernando Cascalheira Vasco

DIVISÃO DE SECRETARIADO ÀS COMISSÕES

Alexandra Maria Fonseca Pereira da Graça

DIVISÃO DE REDACÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL

José Nogueira Diogo

DIRECÇÃO DE SERVIÇOS DE DOCUMENTAÇÃO
E INFORMAÇÃO

Rui José Pereira Costa

DIVISÃO DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA
E PARLAMENTAR

João Viegas Vilhete d'Abreu

DIVISÃO DE EDIÇÕES

José Manuel Saraiva Lemos de Araújo

BIBLIOTECA

José Luís Martins Tomé

ARQUIVO HISTÓRICO-PARLAMENTAR

Leonor Faria Calvão Borges

DIRECÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS
E FINANCEIROS

Maria Teresa Monteiro Fernandes

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
E ADMINISTRAÇÃO

Maria José Brandão da Silva Tijoleiro Afonso

DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA

Luís Manuel dos Santos Pires

DIVISÃO DE APROVISIONAMENTO E PATRIMÓNIO

Francisco José Pereira Alves

CENTRO DE INFORMÁTICA

Maria Fernanda Campos Rovisco Ribeiro

GABINETE DE RELAÇÕES PÚBLICAS
E INTERNACIONAIS

Domingos Manuel Fonseca de Almeida Machado

MUSEU

Maria Simonetta Bianchi Aires de Carvalho Luz Afonso

GABINETE MÉDICO E DE ENFERMAGEM

Fernando José Carrilho Ribeiro Leitão

SERVIÇO DE SEGURANÇA

José Manuel Lucas Pimenta

